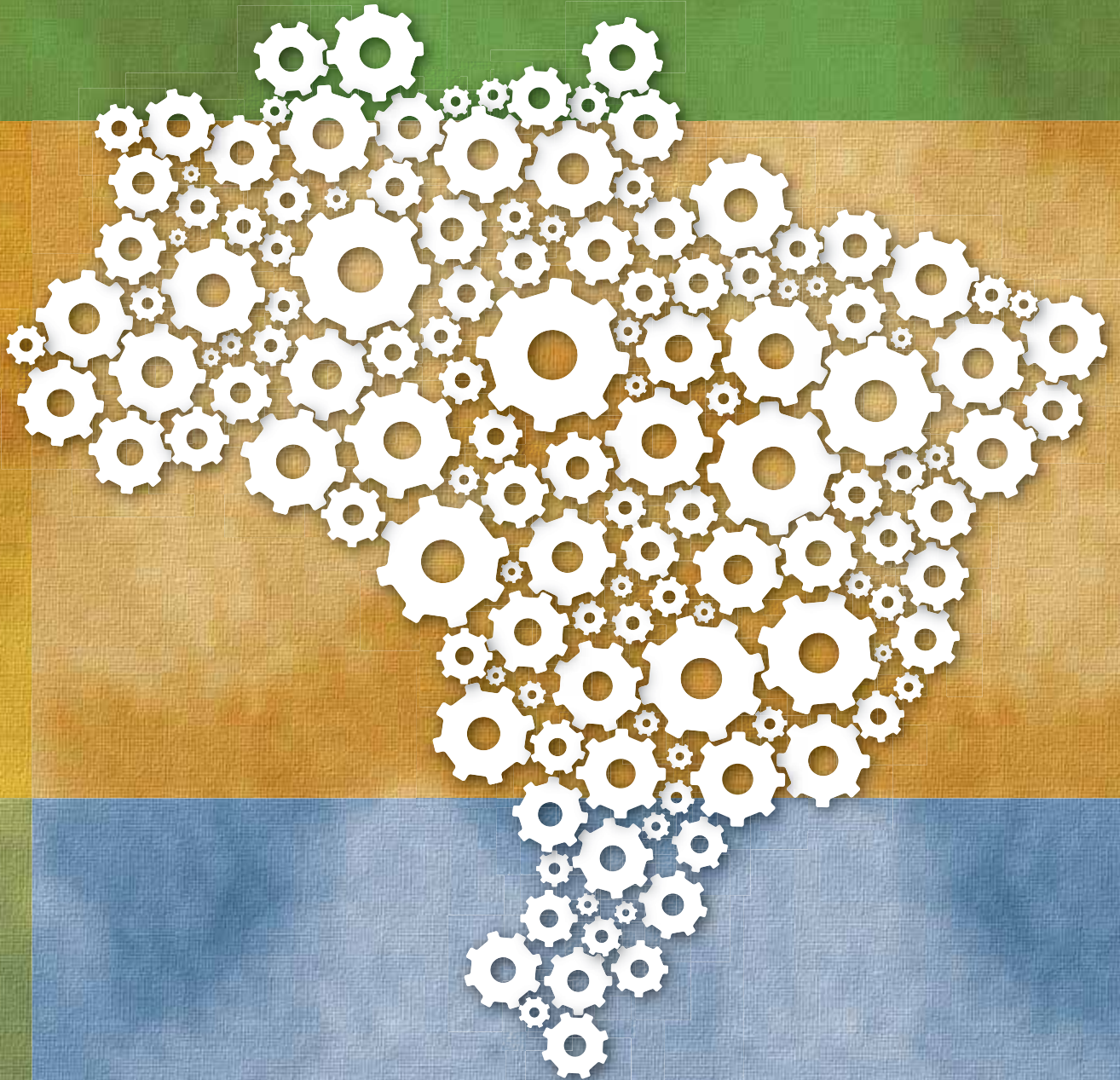


FACTO

ABIFINA

ANO II • SET/OUT • 2007 • Nº 9

Publicação da Associação Brasileira
das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades



Brasil

Risco de desindustrialização?



Trabalhando sério para você sorrir.

MAIS DO QUE FABRICAR REMÉDIOS, A GENTE FABRICA SORRISOS.

Vamos direto ao ponto: nos últimos 43 anos, o trabalho da EMS tem sido fabricar remédios. E, se rir é o melhor remédio, então podemos dizer que o trabalho da EMS tem sido fabricar sorrisos. Sorrisos de bem-estar, risos de alegria, gargalhadas de satisfação. Mas o engraçado é que, para todo mundo sorrir, a EMS tem que trabalhar muito sério. Hoje, ela é líder no mercado farmacêutico nacional: foram 115,6 milhões de unidades vendidas só em 2006. Mas o pioneirismo da EMS vem de antes. Ela foi a primeira a oferecer os medicamentos genéricos ao mercado brasileiro, a primeira empresa farmacêutica no Brasil credenciada a exportar para a Europa e já está presente em mais de 15 países. Deixando os números de lado, a EMS também encara a pesquisa científica muito a sério e mantém em Hortolândia, SP, um dos maiores centros de pesquisa e desenvolvimento da América Latina, colocando no mercado 5 novos produtos por mês. E, graças a essa seriedade, a EMS foi eleita uma das marcas mais confiáveis entre os médicos. Por isso, sempre que você precisar de uma força e vir o logotipo azul da EMS, pode confiar. E depois, quando estiver tudo azul de novo, nem precisa dizer nada. Apenas responda com um sorriso.

www.ems.com.br

FACTO ABIFINA

Corpo Dirigente

Conselho Administrativo

Presidente: Luiz Cesar Auvray Guedes
 1º Vice-Presidente: Nelson Brasil de Oliveira
 Vice-Presidente de Estudos e Planejamento:
 Marcos Henrique de Castro Oliveira
 Vice-Presidente: Kurt Politzer
 Vice-Presidente: Dante Alario Junior
 Vice-Presidente: Carlos Alberto Studart
 Vice-Presidente: Alberto Ramy Mansur
 Diretor de Comércio Exterior: José Alberto de Senna
 Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos:
 Nicolau Pires Lages
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos:
 Humberto Amaral
 Conselheiro Geral: Ogari de Castro Pacheco
 Conselheiro Geral: Antônio Salustiano Machado
 Conselheiro Geral: Lelio Augusto Maçaira
 Conselheiro Geral: Fernando Cesar Barbosa

Conselheiros Beneméritos

Dante Alario Junior (Biolab Sanus Farmacêutica Ltda)
 Fernando de Castro Marques (União Química Farmacêutica Nacional S/A)
 Isaac Plachta (IQT Indústrias Químicas Taubaté S/A)
 Luiz Cesar Auvray Guedes (Milenia Agro Ciências S/A)
 Pedro Wongschowski (Oxiten S/A Indústria e Comércio)
 Pietro Carlos Monaco (FCC Fábrica Carioca de Catalisadores S/A)
 Virgílio Cesar Vicino (Agricur Defensivos Agrícolas Ltda)

Conselho Consultivo

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
 Luiz Claudio Barone
 José de Freitas Mascarenhas
 Fernando de Castro Marques
 Alcebiades de Mendonça Athayde
 Jorge Alberto Vieira Studart
 Fernando Adolpho Ribeiro Sandroni
 Josimar Henrique da Silva
 Fernando Steele Cruz
 Manoel Zauberman

Expediente

Coordenação Geral:
 Claudia Craveiro • editoriafacto@abifina.org.br
 Reportagens (Capa, Tendências e ABIFINA
 Comenta): Inês Accioly
 Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
 Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 • Centro
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ
 Novos números da Central Telefônica:
 Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413
 www.abifina.org.br

Em entrevista, Júlio Sérgio Gomes de Almeida analisa tendência de desindustrialização a médio prazo.



Empresários debatem, junto com o ministro José Temporão, propostas sobre saúde.

reformas
desempenho
política
resultados

As dificuldades macroeconômicas do País no segundo semestre de 2007, no editorial.

EDITORIAL	04
TENDÊNCIAS	06
ENTREVISTA	12
EVENTO	15
ARTIGO ASSINADO	19
PAINEL DO ASSOCIADO	20
ABIFINA EM AÇÃO	23
SAIU NA IMPRENSA	27
ARTIGO ASSINADO	29



Publicação da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

Urgência nas reformas



Luiz Guedes – Presidente da ABIFINA

Habitualmente os governantes, durante o exercício de seus mandatos, atribuem ao desempenho de seus governos as conquistas geradas nos campos social, econômico, institucional e internacional, sendo ou não decorrentes da ação do conjunto dos administradores que compõem a estrutura pública.

Essa prática oblitera os maus resultados e contribui para que o desempenho obtido por uma sociedade ao longo de um período estabeleça um verdadeiro paradoxo: a atuação do governo é excelente, mas o País vai mal. Essa dis-

função consegue ludibriar até mesmo o mais arguto analista, que fica enredado pelos proclamados e caros anúncios de “resultados” promovidos pelos governantes.

Aliado a esse comportamento ardiloso, o governo promove a avaliação de seu desempenho como se o país estivesse isolado ou fosse único no mundo, isto porque suas análises não levam em consideração o desempenho que vem ocorrendo em outras sociedades cujos resultados irão refletir na capacidade dessa mesma sociedade gerar riquezas.

Alimentar a ilusão de que uma nação está obtendo um crescimento excepcional com uma taxa anual de 4%, quando outros países, em condições sociais e econômicas semelhantes, apresentam crescimento da ordem de 7%, tem efeito real sobre a destinação do capital, pois provavelmente os investidores irão priorizar suas aplicações nos países de maior crescimento. Significa dizer que o governante deveria pautar a avaliação pelos dois critérios: variações em números absolutos e, também, em números relativos.

Alimentar a ilusão de que uma nação está obtendo um crescimento excepcional com uma taxa anual de 4%, quando outros países, em condições sociais e econômicas semelhantes, apresentam crescimento da ordem de 7%, tem efeito real sobre a destinação do capital, pois provavelmente os investidores irão priorizar suas aplicações nos países de maior crescimento. Significa dizer que o governante deveria pautar a avaliação pelos dois critérios: variações em números absolutos e, também, em números relativos.

É inadmissível que um país que pretenda ter voz ativa no cenário internacional, construir condições para um crescimento sustentável e ampliar sua participação relativa no comércio internacional esteja em 121º lugar entre 175 economias no índice de ambiente de negócios. Vale frisar que o estudo do Banco Mundial destaca que a América Latina melhorou no campo das reformas, mas que outras regiões – como o Leste Europeu, os países da OECD, o Oriente Médio e a África Subsaariana – avançaram mais rapidamente.

De acordo com conceito adotado pela Fiesp “competitividade é a capacidade de um país de criar condições para que as empresas produzam o maior bem-estar possível para seus cidadãos e para que façam-no crescer ao longo do tempo em relação ao bem-estar dos cidadãos de outros países”.

Ora como um país pode alcançar esses resultados de forma a atender às demandas provenientes de uma nação, cujos indicadores são reconhecidamente ruins, quando os governantes apresentam um discurso de dever cumprido e se regozijam com pequenas conquistas ao não entenderem que a ultrapassagem de um obstáculo significa apenas que há outro a frente a ser vencido.

O Índice de Competitividade da Fiesp e o Índice do Banco Mundial sobre ambiente de negócios são reveladores da imensa tarefa a ser realizada e que não admite postergação ou ausência de ações definitivas ou seja ancorada em pirotécnicas publicitárias.

É inadmissível que um país que pretenda ter voz ativa no cenário internacional, construir condições para um crescimento sustentável e ampliar sua participação relativa no comércio internacional esteja em 121º lugar entre 175 economias no índice de ambiente de negócios. Vale frisar que o estudo do Banco Mundial destaca que a América Latina melhorou no campo das reformas, mas que outras regiões – como o Leste Europeu, os países da OECD, o Oriente Médio e a África Subsaariana – avançaram mais rapidamente.

No ranking da competitividade elaborado pela Fiesp, o Brasil está classi-

ficado na 39ª posição entre 43 nações. O mesmo estudo indica que, baseado na performance do País, a prioridade de agenda de reformas são as seguintes: urgente – taxa de juros de depósito; *spread* bancário; taxa de juros de curto prazo; crédito ao setor privado; consumo do governo, carga tributária; formação bruta de capital fixo; inflação. Importante – balança comercial; gastos em P&D; infra-estrutura; média de escolaridade; taxa de alfabetização; gastos de saúde; gastos em educação. São temas que se encontram em todos os estudos e planos, pois representam as causas dos principais gargalos que impedem um desenvolvimento vigoroso de nossa economia, com conseqüências diretas sobre a geração de emprego, ocupação e renda, o desenvolvimento e a desconcentração regional da produção, aumento das exportações, a substituição competitiva das importações e a capacitação tecnológica.

O segmento da química, e particularmente da química fina, tem suas especificidades e cada uma de suas especialidades demanda encaminhamentos próprios. O Fórum de Competitividade, instalado a partir de 2000 no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, considerado uma ferramenta estratégica no contexto da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, com o objetivo inicial de elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País no mercado mundial, realizou importantes diagnósticos sobre os segmentos farmacêutico, farmoquímico e agroquímicos carecendo, contudo, da implementação das medidas propos-

tas pelo conjunto das entidades públicas e privadas que dele participam.

Ficou patente após anos de reuniões do Fórum de Competitividade que o governo não dispunha de uma coordenação interna que o capacitasse a executar as recomendações oriundas do referido diálogo. O desânimo e a frustração se abateram sobre todos os partícipes do processo e revelou a incapacidade do governo de atuar de forma objetiva e como um ente único.

O paciente continua com o mesmo diagnóstico, as doenças são conhecidas, suas soluções também, existe a necessidade de um tratamento multidisciplinar. A sociedade quando derrotou a inflação demonstrou dispor de capacidade para resolver questões complexas e que se encontravam arraigadas em nossos hábitos e costumes. Fica difícil entender a incapacidade de nossas atuais lideranças em promover novos e importantes avanços.

Os resultados alcançados quanto à melhoria na distribuição da renda interpessoal, aumento do saldo em conta-corrente, aumento das reservas internacionais, controle sobre os preços, consistência na política monetária, apesar dos juros reais mais altos do mundo, são apenas conseqüências bem-sucedidas de políticas econômicas tradicionais que para serem consolidadas dependem ainda de um grande esforço em políticas sociais, regionais, micro e macroeconômicas, dependentes de profundas reformas a serem originadas no Executivo, sob pena de incapacitar a sociedade para competir em condições de igualdade na inexorável concorrência provocada pelo processo da globalização.

Bons ventos, até quando?

Apesar da persistência de uma política macroeconômica adversa, a indústria nacional de química fina atravessa 2007 com otimismo e espírito de luta, graças, principalmente, ao crescimento generalizado da demanda. Mas até quando o fôlego e a sobrevivência do setor poderão ser garantidos por fatores externos?

Agroquímicos: mercado em alta

A boa fase do agronegócio brasileiro é, senão o único, certamente o principal motivo de otimismo da indústria nacional de defensivos agrícolas com este ano que vai chegando ao fim. Em relação ao governo, os empresários não poupam críticas: descaso para com o produtor agrícola, excesso de burocracia no registro de produtos agroquímicos e omissão diante da ameaça de desindustrialização do País nesse setor são apenas algumas delas.

O presidente da Milenia Agrociências, Luiz Barone, assinala que o mercado de produtos agroquímicos está crescendo não somente sobre a base de 2006, que seria um referencial prejudicado em função de problemas com safras e preços internacionais, mas sobre a base de 2005, que foi muito boa. Este ano, informa o empresário, o mercado agroquímico brasileiro deve romper a barreira dos US\$ 5 bilhões, mais que duplicando seu tamanho em relação a cinco anos atrás.

“O principal vetor desta retomada é a forte recuperação dos preços das *commodities* agrícolas – soja, milho, trigo, algodão – para um patamar que, acredito, será difícil mudar em curto prazo. Portanto, a boa expectativa se mantém não só para o final deste ano como também para o próximo”, estima Barone. Isto é resultado, segundo ele, principalmente da expansão da área de plantio de milho para etanol nos Estados Unidos, que provocou uma invasão de cerca de 5 milhões de hectares em áreas onde se plantava soja. Como os EUA não têm mais terra disponível para expansão, ao fazer esse tipo de troca eles reduzem a oferta de soja. Ao mesmo tempo, a China e a Índia estão aumentando fortemente a deman-

da por alimentos de melhor qualidade, porque mais pessoas estão consumindo, e este conjunto de fatores fez os preços dispararem.

O empresário afirma que só o Brasil dispõe hoje de frentes de expansão na área agrícola, o que confere ao nosso agronegócio uma importância estratégica mundial. “Se não expandirmos a área de plantio de soja nos próximos cinco anos de forma consistente para fazer frente ao aumento de demanda resultante da redução da produção norte-americana, teremos falta de soja no mundo em menos de três anos, pois somos o único país do mundo com capacidade de expansão de área agricultável. Paralelamente, será preciso expandir também a infra-estrutura de armazenagem e transporte.”

“A boa notícia é que existe uma demanda adicional; a má notícia é que a indústria brasileira não tem condições de investir para atender a toda esta demanda adicional”
Pedro Wongtschowski

“O problema do Brasil é que o governo é muito lento em responder às oportunidades e ao enorme potencial do agronegócio”, lamenta o empresário. “Temos um potencial enorme de expansão da produção agrícola, mas enfrentamos um gargalo gravíssimo na rede de armazenagem e transporte. O País não tem estradas, não tem portos e não tem silos. Muitas ve-

zes o agricultor é obrigado a vender sua produção na hora errada porque não tem onde armazenar. Estamos emperrados na falta de infra-estrutura.”

Outro problema identificado pelo presidente da Milenia é a política de financiamento à produção. “O governo disponibiliza pouco crédito e não há seguro agrícola. Por melhores que sejam as previsões, estamos vivendo um período de mudanças climáticas em todo o mundo. É impossível prever adversidades e o seguro seria uma forma de estimular o produtor a investir mais”, explica. Em sua opinião, uma política de financiamento responsável também daria maior segurança à indústria de defensivos por diminuir o risco de inadimplência, que é um problema atual de grandes proporções. Só no segmento de defensivos há cerca de US\$ 700 milhões ainda não recebidos.

Como se não bastasse esta vulnerabilidade, Barone lembra que a indústria agroquímica brasileira está sofrendo uma pressão enorme de preços, com o contrabando de produtos do Paraguai, que já atinge US\$ 300 milhões ao ano, e também com a competição de empresas pequenas que trazem produtos da China. Mas, para alívio do setor, a China já está sofrendo uma nova transformação em função da poluição ambiental, que lá está atingindo níveis alarmantes.

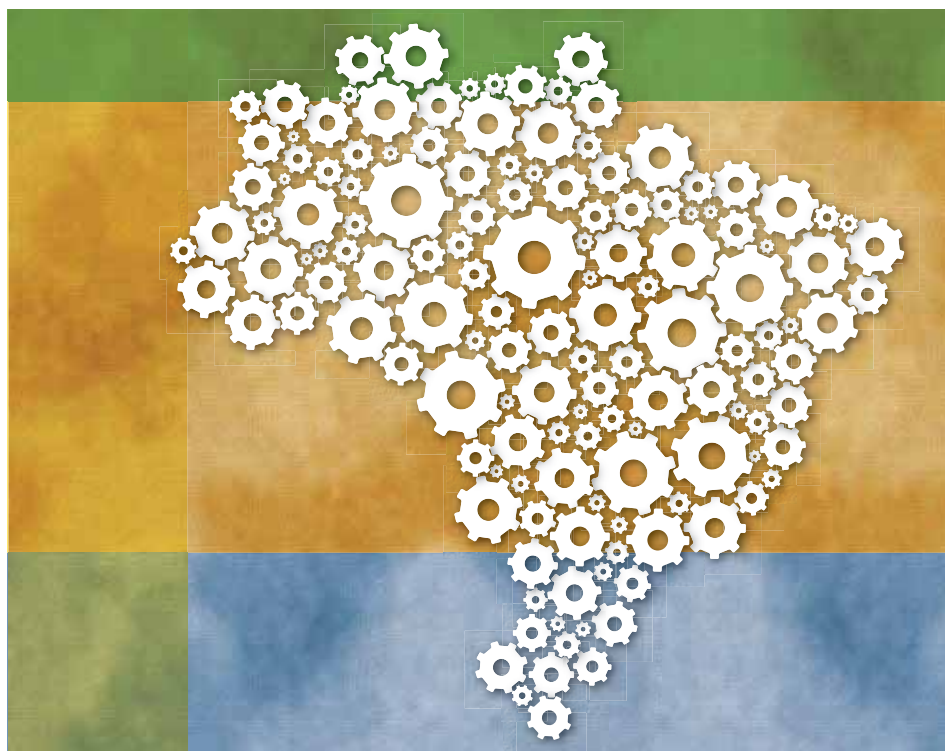
Os chineses vinham batendo a indústria brasileira de agroquímicos principalmente nos custos de produção referentes à gestão ambiental. Pressionadas pelo governo a adotar boas práticas nessa área, as empresas chinesas começam a ter sua competitividade emparelhada à nossa. “Hoje o governo chinês está fechando fábricas de defensivos e indústrias químicas pequenas que fabricavam

com qualidade duvidosa”, conta o presidente da Milenia. “Temos que ter respeito pelos chineses, mas a tendência é que eles passem a incomodar menos no segmento de agroquímicos – essencialmente uma indústria intensiva em capital e tecnologia, e não em mão-de-obra, que é a grande vantagem comparativa do mercado chinês.”

O empresário não desconsidera os fatores externos que condicionam o crescimento do agronegócio brasileiro. “O Brasil só não exporta mais pela questão que nós todos conhecemos: o protecionismo norte-americano e europeu. Somos competitivos em algodão, etanol, café, soja, milho, cana-de-açúcar e muitas outras culturas. Por outro lado, é frustrante para o empresário brasileiro ver que, apesar de tanto potencial, o País perde oportunidades e o governo se contenta com um crescimento de 3% a 4%. Poderíamos estar crescendo mais do que a China. Estamos vivendo um tremendo paradoxo: um país com um potencial fantástico, uma agricultura pujante, uma indústria muito forte e preparada, e um governo que não sabe tirar proveito deste cenário altamente promissor.”

Em síntese, o cenário da agricultura brasileira e da indústria de defensivos é extremamente positivo, segundo Barone, não só para este ano como para os próximos, mas resta saber se os problemas de infra-estrutura serão resolvidos. “Porque, se o Brasil expandir em 5 ou 10 milhões de hectares a plantação de soja, milho e algodão, não sei por onde vamos escoar este produto todo. Além disso, precisamos também de uma solução para o câmbio, porque a situação atual maltrata o exportador brasileiro. Não sou a favor de controle de câmbio, mas precisa haver uma política mais favorável ao exportador. Todos os países têm isso, é uma questão de política macroeconômica.”

O diretor da Cheminova, Arnaldo Massariol, se mostra menos otimista do que Barone ao avaliar o cenário atual. “Para este ano a expectativa é muito boa – já houve um aumento de 50% na aquisição de insumos agrícolas em relação a 2006 – mas obviamente este crescimento se dá sobre uma base prejudicada. Além disso, estamos atravessando uma seca



fora de época, com chuvas somente no Rio Grande do Sul. Isto pode contrariar as previsões que confirmariam uma boa safra para 2007/2008. Se a seca for muito prolongada, o que esperamos que não aconteça, muita coisa negativa pode acontecer.”

Massariol considera a discussão sobre os genéricos extremamente importante para o setor agroquímico e assinala que a indústria de defensivos, especialmente aquela que gera pesquisa e inovação tecnológica, tem reduzido significativamente nos últimos anos o lançamento de novos produtos e paralelamente há um aumento do número de produtos sem patentes. “A maioria dos produtos genéricos que tem sido disponibilizados nos mercados mundiais, inclusive no Brasil, são produtos com qualidades boas e semelhantes aqueles que foram produzidos inicialmente pela empresa inovadora. Em muitas situações busca-se um aprimoramento no processo de síntese industrial e consequentemente na qualidade do produto obtido.”

O diretor da Cheminova elogia o Decreto nº 5.981, de 6/12/2006, que flexibiliza o registro de produtos genéricos, afirmando que “foi bom para toda a indústria e para o produtor, que terá um maior número de formulações dispo-

níveis de cada ingrediente ativo”. O que ainda obstrui os avanços nessa área, em sua opinião, é o acúmulo de processos a serem avaliados, além de dificuldades burocráticas impostas por um decreto anterior, de 2002 (Decreto nº 4.074, de 4/1/2002). “Agilidade é fundamental nestes casos, porque as pragas não esperam para atacar e o processo burocrático pode significar a perda de toda uma safra.” O maior objetivo, segundo ele, deve ser cumprir o que determina a lei, ou seja, que 120 dias após a submissão de um pedido de registro seja possível obter o parecer definitivo e, consequentemente, o registro ou alteração de uso de um produto.

Massariol vê riscos de desindustrialização do País no setor agroquímico, a partir de dois fatores: o rumo tomado pelas negociações no Mercosul, que definem a implementação da livre comercialização de bens e serviços em 2008; e a questão dos preços de transferência na política brasileira de comércio exterior. “Existe uma diferença muito significativa entre os preços que nós temos que pagar pelo produto fabricado aqui e pelo produto importado pronto. É muito mais barato importar o produto pronto sem agregar nenhum valor de mercadoria brasileira, nem sequer o rótulo. Esta é uma questão

“Muitos produtos que em 2000 nós não importávamos, estão sendo importados hoje. Está ficando mais barato produzir no Uruguai, Paraguai e Argentina, ou em qualquer outra parte do mundo, e trazer tudo pronto para o Brasil”

Arnaldo Massariol

que afeta toda a indústria brasileira, não é só a indústria de defensivos agrícolas, e que implica, efetivamente, um grande risco de desindustrialização”, sentencia.

Algumas evidências desse risco aparecem no comportamento da balança comercial dos agroquímicos. “Muitos produtos que por volta do ano 2000 nós não importávamos, estão sendo importados hoje. Está ficando mais barato produzir no Uruguai, Paraguai e Argentina, ou em qualquer outra parte do mundo, e trazer tudo pronto para o Brasil.”

Sintetizando, Massariol identifica três fatores que podem impactar negativamente a indústria agroquímica ou até gerar um processo de desindustrialização: o livre-comércio, o preço de transferência e os entraves burocráticos no registro de produtos, inclusive para exportação. “Temos que estar preparados para essa situação, com práticas que favoreçam a produção no País, que é o que gera emprego e riqueza.” Outros fatores não específicos mencionados pelo empresário, que afetam a indústria nacional como um todo e comprometem sua capacidade exportadora, são a pesada carga tributária e o alto custo de investimentos.

“Um país com as características do Brasil correr o risco de ficar dependente de importações para proteger a sua safra é algo que não é factível”. Segundo Massariol, é espantoso que não haja vontade política para resolver esse problema frente ao significado estratégico que tem o agronegócio para a economia brasileira: “desde 1994 os superávits da balança comercial são garantidos pelo setor agrícola. O agronegócio só tem contribuído para a estabilização da economia brasileira. Por isto, precisa urgentemente de uma contrapartida, de um olhar mais

atencioso e competente. É por isso que todos nós esperamos”, conclui.

Químicos: exportando demanda

A indústria química é um bom sinalizador do comportamento geral da indústria, na medida em que fornece para diversos segmentos industriais. E o comportamento deste setor em 2007 mostra que, apesar de um desempenho comercial positivo, o risco de desindustrialização é real: o aumento da demanda do mercado brasileiro está favorecendo sobretudo as importações.

Segundo Pedro Wongtschowski, presidente do Grupo Ultra, o primeiro semestre foi bem e a expectativa para o segundo também é boa. Como a indústria química normalmente cresce duas vezes o crescimento do PIB, explica, a expectativa é que cresça este ano entre 8 e 10%. “O Brasil sofria tradicionalmente de uma carência de crédito e agora o crédito apareceu, a custos ainda altos mas bem mais baixos do que no passado, e a prazos relativamente longos”, contextualiza o empresário. Traduzindo em números, isto significa que a indústria automobilística deve crescer em 2007, em comparação com o ano anterior, a taxas superiores a 20%, em função da demanda do mercado interno. O segmento agro, que também cresceu bastante, demanda defensivos agrícolas que alavancam uma série de insumos químicos.

De forma geral, Wongtschowski acredita o crescimento deste ano mais ao comportamento do mercado, do crédito e do cenário internacional do que a alguma ação deliberada de governo. Fazendo coro com o empresariado em geral, ele aponta o câmbio e os juros como empecilhos ao crescimento. “O real supervalorizado reduz a receita de exportações e também a das

vendas domésticas, pois no nosso setor os preços do mercado doméstico são referenciados a dólar. A taxa de juros continua relativamente alta, aumentando o custo dos investimentos, que por isso continuam retraídos apesar do crescimento da demanda. Isto ocorre em função do câmbio, do custo do capital no Brasil e da carga tributária que incide sobre investimentos. A infra-estrutura do País continua demandando investimentos, e as soluções com as quais o governo acena são de longo prazo e estão demorando a se materializar, o que inibe o crescimento da oferta.”

Estamos assistindo, assim, a um crescimento da demanda, “o que é muito bom mas não tem o poder, por si só, de provocar generalizadamente o aumento da oferta”. Para o presidente do Grupo Ultra, este cenário pode em médio prazo gerar gargalos e aumentar o déficit comercial químico brasileiro, que este ano vai bater o recorde: entre janeiro e julho foi de US\$ 6,6 bilhões, contra US\$ 4 bilhões no mesmo período de 2006. As importações pularam de US\$ 8,8 bilhões para US\$12,6 bilhões, enquanto as exportações subiram ligeiramente.

Isto significa que a demanda adicional do mercado interno está sendo em grande parte atendida por importações, observa o empresário. É evidente que a indústria brasileira está perdendo mercado. Cresceram muito, por exemplo, e em dólares, as importações de intermediários para fertilizantes, pelo impacto do crescimento da agricultura em relação ao ano passado. As importações de produtos químicos orgânicos cresceram 36%; as de produtos farmacêuticos, 38%; e as de defensivos agrícolas, 44%.

“A boa notícia é que existe uma demanda adicional, a má notícia é que a indústria brasileira não tem condições de investir para atender a toda esta demanda adicional”, lastima Wongtschowski. Com um cenário macroeconômico mais favorável, se tivéssemos uma taxa de câmbio mais estável e um regime tributário mais amistoso para com os investimentos, ele acredita que certamente o quadro seria outro. “Demanda é uma condição necessária para que o investimento ocorra, mas não suficiente. O cenário é promissor, mas estamos correndo o risco de transferir os resultados deste crescimento para os exportadores de outros países.”

Além da questão do câmbio, para o diretor da Fábrica Carioca de Catalisadores, Pietro Carlos Monaco, os problemas mais preocupantes para a indústria dizem respeito à infra-estrutura de transporte e à disponibilidade de energia, que implicam custos adicionais e eventualmente investimentos onerosos. No mais, a situação da empresa no seu mercado é muito singular e até certo ponto previsível. “O mercado do nosso catalisador está diretamente relacionado ao consumo de gasolina e não é esperado um crescimento significativo da demanda, já que vem ocorrendo substituição por outras fontes, como o gás natural, álcool e, também, pela redução do consumo nos automóveis.”

Por força de acordo de acionistas, a Carioca detém 100% do mercado brasileiro no seu segmento, o que significa 80% de sua produção, e suas exportações se restringem à América do Sul e Cuba. “Novos competidores provavelmente não aparecerão”, afirma Monaco. “Um competidor que poderia surgir é a China, mas as fábricas de catalisadores de craqueamento catalítico, para serem competitivas, exigem uma capacidade mínima de produção, da ordem de 70 mil toneladas/ano. Então, quem instalar uma nova fábrica em qualquer local do mundo, no início vai amargar uma ociosidade enorme e isso tem pesado muito na tomada de decisão.”

Monaco vê com “certo otimismo” a busca de soluções para os problemas da indústria, “já que o governo tem demonstrado estas mesmas preocupações”. Uma iniciativa que ele valoriza é o estímulo que o governo tem dado à inovação tecnológica, através da disponibilização de financiamentos a custos mais baixos e incentivos viabilizados pela Lei da Inovação.

O segmento de intermediários químicos sofre, como os demais, com a carga

tributária e a precariedade da infra-estrutura, segundo Isaac Plachta, presidente da IQT.

Para demonstrar o enfraquecimento do setor ele cita um levantamento da Abiquim segundo o qual o desempenho da indústria de intermediários químicos atingiu em 2006, no parâmetro “atividade de fabricação”, o menor valor em sete anos consecutivos: 13,34%. A margem líquida (resultado líquido/receita operacional líquida) do segmento caiu para 3,5%, quase a metade do valor registrado em 2005. Em outro estudo, a entidade verificou também que, desde 1998, a maior parcela do valor adicionado contábil da indústria química foi aquela destinada à remuneração do governo, enquanto a remuneração do empresariado apresentou os menores valores.

Tudo isso porque, segundo Plachta, o governo não equaciona seriamente o déficit público. Mas ainda assim ele se diz otimista: “As recentes projeções do comportamento da economia brasileira são promissoras, a disponibilidade de crédito para o consumidor final aponta para um crescimento do consumo da ordem de 6%, a queda dos juros e a apreciação do real estimularam investimentos que, em 2007, deverão evoluir em 13% e a indústria espera crescer 7%. Assim, o nosso PIB evoluirá em torno de 5% em 2007, abaixo do crescimento da China, México e de outras economias emergentes, mas dentro da média mundial.”

Fármacos e medicamentos: avanços modestos

A indústria nacional de produtos farmacêuticos e farmacêuticos teve motivos, no início deste ano, para renovar seu otimismo, diante da decisão do laboratório oficial Farmanguinhos de utili-

zar seu poder de compra para melhorar a qualidade dos insumos adquiridos, o que favoreceu a produção doméstica. O setor tem esperança, também, de que o PAC efetive suas promessas na área da saúde e forneça as bases para a recuperação e o fortalecimento de uma cadeia produtiva nacional de medicamentos.

Segundo Nicolau Pires Lages, diretor da Nortec Química, o primeiro semestre deste ano foi melhor que o do ano passado, em termos de vendas para os setores público e privado e também porque algumas ações do governo começaram a dar pequenos resultados. “O governo - mais precisamente a Fundação Oswaldo Cruz - comprou mais da indústria nacional e o mercado para a farmoquímica melhorou, pois as compras dos laboratórios privados também cresceram, afirma. Por outro lado, ele lembra que o aumento das importações mostra que o crescimento da demanda não está sendo capitalizado principalmente para a produção interna.

“O mercado farmacêutico brasileiro é hoje de aproximadamente US\$ 10 bilhões, mas estimamos que a indústria nacional de farmoquímica não supre nem 20% dessa demanda. É uma demanda real que poderia ser atendida pelo mercado local. Em outras palavras, o nosso mercado farmacêutico está gerando emprego na Índia e na China, em vez de gerar emprego aqui. Um mercado de consumo que cresce e não gera desenvolvimento da indústria tem que ser reavaliado, porque está gerando dependência”, lamenta o empresário.

No que tange à legislação de incentivo ao setor, Lages observa que a Lei do Bem já começa a trazer resultados para as empresas tributadas por lucro real. Já quanto aos mecanismos da Lei da Inovação, ele afirma que há razão para otimismo, mas não tanto como a mídia vem alardeando.

“Com apoio do BNDES e da Petrobras, estamos empenhados em fazer com que, à nova petroquímica que será instalada no Rio de Janeiro, também estejam associadas empresas de transformação, produzindo os intermediários químicos necessários para a produção dos princípios ativos de que necessitamos” – Eduardo Costa

“É frustrante para o empresário brasileiro ver que, apesar de tanto potencial, o País perde oportunidades e o governo se contenta com um crescimento de 3% a 4%. Poderíamos estar crescendo mais do que a China”

Luiz Barone

A leitura de que o problema da produção interna fica resolvido no momento em que o governo passa a incentivar a pesquisa e o desenvolvimento é, na sua opinião, simplória e incorreta, pois as medidas previstas na lei, embora fundamentais, não resolvem o problema da competitividade da produção de imediato.

“O que vai fazer a produção nacional de farmoquímicos crescer é o mercado, que só é conquistado com competitividade. A pesquisa e o desenvolvimento aumentam a competitividade, mas não de imediato. Precisamos também de soluções de curto prazo. Neste sentido, podemos citar três reivindicações pelas quais há muito tempo estamos aguardando soluções do governo: isonomia regulatória para todo o mercado; isonomia tributária para as compras governamentais e o uso do poder de compra do governo como mecanismo indutor do desenvolvimento da produção interna”, conclui.

As indústrias que atuam no ramo farmacêutico sofreram alguns reveses este ano, entre eles o de uma concentração no segmento da distribuição. O empresário Dante Alario, diretor da Biolab Sanus, conta que no início do ano dois grandes distribuidores interromperam suas operações, o que assustou o setor na medida em que provocou concentração em empresas maiores e, conseqüentemente, aumentou a vulnerabilidade dos produtores. “No primeiro momento não houve um impacto em custos, mas se em médio prazo essa concentração se acentuar, provavelmente a negociação de preços vai ficar mais difícil”, explica Alario. “Isto é um problema, principalmente para as indústrias que estão investindo como nós em P&D&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), porque normalmente os primeiros cortes se dão

nessa área. O primeiro semestre deixou o setor preocupado. Espero que consigamos chegar a números razoáveis até o final do ano.”

Na parte que toca ao governo, o empresário vê oportunidades mas também barreiras. “As indústrias mais estruturadas já recorreram ao BNDES, tiveram seus planos aprovados e estão de alguma forma se beneficiando e aplicando em PDI. Temos uma nova Lei de Inovação, o que obviamente é um avanço, porque antes não havia nada, mas ainda há vários entraves. Por exemplo, este ano nós desistimos de financiamentos da Finep, mesmo tendo recebido a aprovação de vários projetos submetidos, quando surgiu a exigência contratual de que, se fôssemos sair do Brasil, teríamos que ter a anuência deles nas negociações comerciais. Ora, isto é mercado e deste assunto entende a indústria. É importante lembrar que o dispêndio pesado recai sobre a indústria, que arcará com os custos de pré-clínica e clínica. Para nós é bom ter Finep e CNPq neste processo, mas com esse tipo de exigência a indústria desiste.” Outro exemplo mencionado por Dante Alario de barreira que desestimula o ímpeto inovador da indústria nacional diz respeito a questões mais práticas. “Após dois anos de pesquisas nós desenvolvemos um produto inovador, apoiado pela OMS. Registramos e fomos à CMED pedir preço, mostrando que não há similar no País. Propusemos o tratamento a um terço do custo com outros dois produtos para a mesma doença que apresentam ou menor eficácia ou mais efeitos colaterais, mas a CMED tabelou em menos de 20% do que nós pedimos. Isto não é razoável. O discurso de incentivo à inovação é destruído por uma prática que pune aquele que investe em pesquisa e inviabiliza a colocação do produto no mercado.”

Para o empresário, falta uma articulação, que deveria ser realizada por um órgão governamental forte, para que o discurso de inovação saia do papel e vire realidade. “Eu diria que um bom coordenador seria o BNDES – hoje o órgão que mais conhece a questão da inovação, pois comprou a briga, apostou no setor e vem cobrando participação.” Quanto ao PAC, Dante Alario mostra-se otimista. “É uma proposta que está sendo bem costurada, pois estão chamando pessoas competentes para a discussão e imagino que o resultado será bom. É muito cedo ainda para avaliar, mas há uma expectativa grande no setor.”

O segmento de genéricos parece ser o mais animado de todos com o desempenho do mercado e com a atuação do governo. Segundo Telma Salles, diretora do laboratório especializado em genéricos EMS, esse segmento vem crescendo aceleradamente, tendo apresentado um crescimento de 32,7% no faturamento acumulado e de 22% em unidades comercializadas até julho deste ano, em relação ao mesmo período de 2006. “São números de fato muito promissores.” O EMS acaba de inaugurar uma nova linha industrial, com apoio do Profarma/BNDES.

Telma Salles considera o crescimento do mercado de genéricos uma tendência irreversível, “porque é a saída para a população comprar medicamento barato com a segurança de que ele é intercambiável com o inovador de marca. Em 2002 a participação do mercado em unidades foi de 5,3%, e hoje é de 15%”.

Mas o entusiasmo com a política de genéricos não é uma unanimidade. A Biolab, que também atua nesse segmento, entende que, embora ele seja importante para o governo, “os laboratórios que investem em inovação não querem viver de genéricos. Quem trabalha com PDI entende que o genérico é um passo atrás, porque é preciso copiar o produto de referência tanto se ele for bom como se for ruim. Mesmo que eu tenha condições de desenvolver um produto melhor, não posso fazer isso, porque se for melhor não é bioequivalente e, portanto, não é mais genérico. No longo prazo é mais importante para a saúde o investimento em inovação, pois é ele que garantirá novos tratamentos, redu-

ção de efeitos colaterais e avanço real. O futuro do setor de medicamentos não será construído com uma política de genéricos”.

A diretora do EMS encara o momento atual como “muito positivo, porque onde há debate, há vontade de fazer as coisas acontecerem. O PAC é uma perspectiva que se abre. Precisa obviamente ser revisto em alguns pontos, precisa ser mais focado, mas o ambiente é propício a quem está disposto a trabalhar”.

Na área dos fitoterápicos, a preocupação parece predominar sobre o otimismo. A empresária Poliana Botelho, vice-presidente do Laboratório Simões e diretora de Estudos da Biodiversidade da ABIFINA, afirma que “o segmento de fitoterápicos no Brasil será sempre promissor, afinal estamos falando de plantas medicinais no País que dispõe da maior biodiversidade do mundo. No entanto, há sérios problemas de mercado para a indústria nacional em comparação com a capacidade de investimento das empresas transnacionais”.

Em que pese a esperança depositada no PAC da Saúde, a empresária está convencida de que “sempre haverá a necessidade de um olhar mais específico para os fitoterápicos, porque as empresas nacionais do segmento são de pequeno e médio portes e isto precisa ser levado em conta”. Segundo ela, a Lei da Inovação ainda é uma resposta tímida para este segmento, que exigiria um tratamento diferenciado de forma a viabilizar os altos investimentos que um processo inovador exige, especialmente nos trâmites relacionados ao registro de produtos.

Como não há uma política diferenciada ou incentivos específicos para o investimento na produção tecnológica de me-

dicamentos fitoterápicos, Poliana conta que os cosméticos têm sido uma estratégia de sobrevivência para as pequenas e médias empresas do setor, porque exigem menos investimentos. Ou seja, parece que no estratégico segmento de produtos fitoterápicos, se a indústria nacional não tiver suporte adequado, ficará alijada dos principais mercados e terá que se contentar com a posição secundária de fornecedora de “perfumaria”.

Na área pública, a produção de medicamentos ainda não é um problema equacionado, embora alguns caminhos nessa direção já tenham sido definidos. Segundo Eduardo Costa, diretor de Farmanguinhos, nos últimos dois anos os laboratórios oficiais sofreram com a descentralização das compras do governo federal em pelo menos dois programas importantes – o de Saúde da Família e o de Hipertensão e Diabetes. “Até nos organizarmos para vender e entregar fora de seus estados de origem – uma estrutura que não se monta de uma hora para outra – enfrentamos uma redução nas receitas e certo grau de ociosidade dos equipamentos, e até hoje é preciso esforço para nos adaptar a este novo modelo”, relata Costa.

Por outro lado, em alguns programas que permanecem centralizados, como os de tuberculose e Aids, o diretor de Farmanguinhos vislumbra “a força que puxa a inovação”. Farmanguinhos está lançando vários produtos novos este ano, sendo alguns deles realmente inovadores. “Quando o produto tem sua compra centralizada, os estímulos para inovação e entrada em novos mercados são bem maiores”, esclarece Costa. “É a força do poder de compra do Estado fazendo a inovação acontecer.”

O diretor de Farmanguinhos contabiliza como uma realização importante neste

ano o lançamento, por Farmanguinhos, de um programa pioneiro na utilização do seu poder de compra para estimular a produção nacional de farmoquímicos. “Trata-se de um sistema em que nós acompanhamos a qualidade dentro da fábrica, permitindo inclusive nos capacitarmos no registro de genéricos para exportação.” Ele frisa que desenvolver e acompanhar fornecedores é um estímulo chave para impulsionar a cadeia produtiva de medicamentos, e destaca a iniciativa em curso dos ministérios da Saúde, do Planejamento e da Indústria e Comércio de elaborar conjuntamente um instrumento normativo para consagrar esse tipo de prática de forma que outros laboratórios possam se beneficiar deste modelo.

Outra preocupação de Farmanguinhos são as condições de fornecimento de certos intermediários químicos hoje importados, para dar mais estabilidade à cadeia produtiva dos medicamentos essenciais. “Com apoio do BNDES e da Petrobras, estamos empenhados em fazer com que, à nova petroquímica que será instalada no Rio de Janeiro, em Itaboraí, também estejam associadas empresas de transformação, produzindo os intermediários químicos necessários para a produção dos princípios ativos de que necessitamos”, explica Eduardo Costa.

A produção de vacinas, que no Brasil está inteiramente a cargo do setor público através dos laboratórios Bio-Manguinhos e Butantan, por contar com um programa já bem consolidado e consistente não tem enfrentado problemas. Segundo o diretor de Bio-Manguinhos, Akira Homma, não haverá contratempos no cumprimento dos compromissos assumidos com o Ministério da Saúde para 2007. Ele afirma que o laboratório subsiste com suas próprias receitas, sem subsídios orçamentários. Só recebe recursos extras para realizar investimentos mais pesados como a montagem de um novo laboratório para produção de vacinas virais, recentemente inaugurado. Segundo Homma, embora Bio-Manguinhos já exporte vacinas – por exemplo, todo excedente de produção para febre amarela é vendido para as agências das Nações Unidas – cogita, em médio prazo, expandir esse mercado e adotar a exportação como estratégia de crescimento.

“O PAC é uma proposta que está sendo bem costurada, pois estão chamando pessoas competentes para a discussão e imagino que o resultado será bom. É muito cedo ainda para avaliar, mas há uma expectativa grande no setor”

Dante Alario

O risco da desindustrialização



Júlio Sérgio Gomes de Almeida

Estudo recente, realizado pelo IEDI sob sua coordenação, apontou um possível processo de desindustrialização em andamento no País? Quais são as variáveis contempladas neste estudo?

Este estudo mostra diversas facetas de um processo que não são percebidas facilmente. Trata-se de um processo de desindustrialização que não é visível como são os atos de produção da indústria, por exemplo. É preciso um certo tempo para consolidar uma tendência e também uma análise mais profunda com níveis de desagregação diferentes. O comércio exterior é uma variável muito importante em estudos deste tipo, porque sua dinâmica normalmente antecede a mudança que vai acontecer na estrutura industrial. Se um país reduz sua competitividade em um determinado setor da indústria, os investimentos acabarão sendo reduzidos ao longo do tempo e a produção também, assim como a exportação. Sendo que a exportação e a importação são afetadas mais imediatamente e, por isso, são indicadores confiáveis do futuro do setor. Nosso estudo tentou verificar através de dados de comércio exterior e de produção do IBGE sinais de uma tendência de de-

Professor da Unicamp, consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

sindustrialização do país. O grande problema é que esses dados custam a aparecer – não geram notícias nos jornais – e, quando aparecem, já são graves. Esta foi a natureza do nosso estudo, cujos dados estão disponíveis no website do IEDI. Nosso economista chefe fez uma recente exposição em evento na Fiesp, que teve grande repercussão junto às lideranças industriais, já que são elas a sentir na própria pele os primeiros sintomas desta tendência.

Como tem evoluído a substituição da produção nacional por importações, com nítido viés de antipolítica industrial, nas áreas de bens intermediários e de consumo não-duráveis?

A conclusão dos estudos é que o atual processo de desindustrialização se revela em dois eventos. O primeiro é que, dentro das cadeias de produção da indústria, há uma perda de encadeamento da produção local. Ou seja, muitas brechas vão se abrindo dentro da cadeia produtiva de diversos setores que passam a ser atendidas por bens importados. O segundo evento é de fato uma redução da produção em alguns setores, como por exemplo no de

informática. No passado, o País produzia componentes eletrônicos para a fabricação de bens finais nessa área. Atualmente, o Brasil deixou de produzir e passou a importar, o que representa um elo perdido na cadeia de produção. Outro exemplo: o Brasil produzia determinados medicamentos e deixou de produzir porque passou a importar. Ou seja, um bem intermediário se perde ao longo da cadeia ou um setor produtivo que se enfraquece. Outro setor ilustrativo da desindustrialização é o de vestuário, que está sofrendo uma devastadora concorrência da China. Agora, é bom lembrar que nem todo processo de desindustrialização é negativo. Ele pode ser positivo quando reflete um estágio de desenvolvimento industrial tão avançado que uma integração com outro país proporciona aumento da produtividade interna. E, ao mesmo tempo, existe uma contrapartida, pois a outra nação envolvida nesta cadeia produtiva passa também a adquirir produtos em diferentes setores da nossa economia. Quando há um desenvolvimento maior da indústria, é possível aperfeiçoar a capacitação industrial com produtos importados. Agora, se essa passagem de produção para outros países for de bens finais ou produtos intermediários que são fundamentais para a dinâmica da indústria, representativos de um país que quer se industrializar e ainda não se industrializou, então, há um retrocesso.

É isso que está acontecendo no Brasil?

Sempre que há uma manipulação cambial, motivada por algum fator, há o perigo do país caminhar para uma desindustrialização não-positiva. A desindustrialização positiva não deixa ninguém apreensivo, pois é sintoma do desenvolvimento. Basta que o país tenha uma economia relativamente aberta, com um processo de industrialização mais avançado, sempre haverá

uma redistribuição da indústria. Algumas parcelas das cadeias de produção serão passadas a outros países e alguns produtos finais também. E o país receberá algo em troca. Agora, a desindustrialização negativa, não-natural, normalmente vem de um câmbio supervalorizado. E é isso que vem ocorrendo no Brasil.

Como pode ser quantificada a apreciação ocorrida no real em relação ao dólar, e quais as conseqüências disso para o País?

A nossa moeda se valorizou muito nos últimos três anos. Era uma valorização inevitável, mas foi além da conta e um dos nossos trabalhos mostrou isso. Porque, hoje, nós ainda temos uma taxa de juros muito alta. Este cenário criou uma vantagem competitiva artificial para outros países. Quando a competitividade não é artificial, o empresário pode até reclamar. Eventualmente, o governo pode fazer uma política industrial por algum período, mas de certa forma é a regra do jogo, a regra do mercado. Agora, uma valorização cambial motivada por um desalinhamento dos nossos juros em relação ao padrão internacional, a competitividade é artificial e leva a uma desindustrialização não-positiva.

Tem outro fator também que é a prática de subvalorização da moeda. Neste caso, nós temos que nomear, porque o exemplo atual é a China. Eles têm uma política forte nesse sentido, que resulta em uma vantagem competitiva muito grande em relação a outros países que não usam esta política. Eu diria que o Brasil deveria ter uma política cambial mais protetora frente a esses dois fatores de risco. Primeiro, uma taxa de juros especialmente alta, e segundo, um parceiro internacional do porte da China que adota uma política de subvalorização da moeda.

No entanto, a grande imprensa registra com entusiasmo o crescimento das exportações. Este crescimento está limitado à exportação de commodities? O que isso significa para o País?

Como estamos em um processo de sobrevalorização da nossa moeda, as exportações perdem atratividade. Ocorre que

o mercado internacional tem favorecido muito o preço dos produtos em geral e, em especial, os de *commodities*. Ou seja, o câmbio desestimula as exportações, mas não as de *commodities*, que têm menor valor agregado. Esses produtos são altamente meritórios e o Brasil deve se orgulhar muito de tê-los. Aliás, teríamos sérios problemas se não os tivéssemos. Mas concentrar o dinamismo das nossas exportações em *commodities* é um risco, porque amanhã os preços internacionais podem não ser tão bons. Hoje não há esta perspectiva, mas é sempre um risco. O Brasil conquistou uma posição no comércio exterior de ser um país diversificado, pois produz *commodities*, mas, felizmente, muitas delas. Na área agrícola com soja, café, açúcar, laranja e muitas outras. Na área industrial, temos a exportação de ferro, aço, alumínio e diversos outros da siderurgia. Na área de minerais, hoje somos bons exportadores de petróleo. Além disso, somos destaque na área industrial: exportamos de avião ao vestuário, de calçados a produtos de bem de capital para a América Latina. A marca registrada do comércio exterior brasileiro é a diversificação. Porém, com esse câmbio em vigor, a tendência é que isso diminua e se concentre em *commodities*. Porque evidentemente o que o câmbio não dá ao exportador nesta, o preço internacional tem dado. Isso felizmente, porque uma coisa compensa a outra e a exportação continua crescendo. Portanto, podemos comemorar, mas com as devidas ressalvas.

É possível, então, ler nas entrelinhas dos bons resultados da nossa balança comercial o processo de desindustrialização já em andamento?

Exatamente. Em economia, nós temos sempre que avaliar o resultado do momento e a tendência que ele está indicando. Nesse caso, as coisas são muito claras. No momento, temos um bom resultado da exportação, muito em função da nossa capacitação na área de *commodities*. Mas a tendência é que outras áreas saiam enfraquecidas ao longo do tempo. Isso tem relação com o câmbio e com outros fatores também, vamos fazer esta ressalva, porque o câmbio não é o único culpado. O câmbio, na verdade, é um orientador de

como o cenário se desenvolverá. Se ele for muito valorizado, não favorece ao exportador. A nossa exportação vai acontecer, mas vai se concentrar nas áreas onde o complemento se dá pelo mercado, como por exemplo, em *commodities* cujos preços internacionais são favoráveis. Só que a exportação tende a diminuir na área industrial e mais ainda em áreas industriais experimentais, de alto valor agregado, como as indústrias química, farmacêutica e de informática, por exemplo. Não quero dizer que essas indústrias vão morrer, mas o atual cenário não é favorável a estes setores.

Mais especificamente o saldo comercial do complexo industrial da área química demonstra alguma tendência clara nesse sentido?

No caso da indústria química, esse déficit está aumentando vertiginosamente. Temos que levar em conta que neste setor há uma elasticidade muito grande em relação ao PIB. Isso quer dizer que quando a economia cresce, o setor químico importa muito mais, já que depende muito de insumos externos. Então quando o PIB cresce, essa dependência aparece com mais força. Esse setor, exigiria um posicionamento muito firme do governo com políticas de substituição de importações de longo prazo. Uma política de incentivo à criação de oferta nacional, que viesse a substituir dinamicamente as importações no futuro à medida que a economia for crescendo. Há, portanto, necessidade de se fazer uma política industrial forte na área química. Mas uma outra política industrial e não a que está em vigor atualmente. O déficit no setor químico é estrutural e só pode ser mudado com medidas estruturais fortes.

Recentes iniciativas do governo, como a Lei da Inovação e a Lei do Bem, apontam com algum movimento neste sentido de estabelecer mudanças estruturais ou são apenas perfumarias frente ao sério déficit do setor químico?

Precisamos muito mais do que isso. As medidas na área de inovação e desenvolvimento tecnológico são cruciais para o

Brasil se manter, pelo menos em alguns nichos, se possível no maior número de nichos, de mercados no exterior. Capacitar nossas empresas, fazer com que invistam mais em inovação, se diferenciem e possam concorrer não com preço, mas com qualidade e real valor agregado. Agora, no caso de alguns setores, como a indústria química, tem que existir uma política forte para organização da cadeia produtiva. E são políticas de oferta, ou seja, articular empresários, empresas nacionais e também estrangeiras para abastecer o mercado interno. E com isso, se a economia crescer, o setor cresce muito mais pela tal elasticidade que citei antes da demanda de produtos químicos, que é muito maior do que um. Uma coisa é um setor cujo PIB cresce 5% e a demanda dos produtos também cresce 5%. Nesse caso, a elasticidade é um. No caso dos produtos químicos, a elasticidade chega a ser o dobro. Fica até difícil atender sem ter uma política que favoreça o lado da oferta e da organização de produtores. São projetos muito caros e de longo prazo, que exigem uma política governamental bem planejada.

Como o capital para investimento é muito caro no Brasil, por conta das altas taxas de juros, não se pode deixar o investimento neste setor à mercê dos interesses de mercado...

Aqui a iniciativa privada é decisiva. Porém, é importante criar condições favoráveis ao investimento. O setor químico é intensivo de capital e no Brasil esse investimento ainda é caro, apesar de ter diminuído. Nós precisávamos pensar mais num processo que diminuísse o custo de capital, organizar a oferta, organizar os produtores, eventualmente, incentivar *joint ventures*, enfim, há muito espaço para a política industrial. O que é mais importante nesse processo todo é transformar um problema em uma oportunidade de negócios. Então, se falamos que no setor químico quando a economia cresce, a demanda por produtos cresce ainda mais, isso é um potencial maravilhoso para o segmento e para o País. Se nada for feito – e a indústria química é uma forte candidata a isso – o que acontece é um processo de desindustrialização com aumento das importações.

As importações de produtos têm apresentado elevação na integração de valor unitário. Quer dizer: estamos importando produtos com mais valor agregado. Qual o significado disso para o País?

O que o estudo mostra é que os setores que eu considero de menor grau de industrialização, praticamente foram responsáveis por todo crescimento das nossas exportações nesse primeiro semestre. O que significa dizer que os setores mais industrializados praticamente não contribuíram para aumentar as exportações. Isso pode significar que a demanda interna cresceu ou que não estamos competitivos na exportação. Vou dar um exemplo. Um setor que contribuía muito para o dinamismo exportador brasileiro nos últimos três anos era a indústria automobilística. Neste ano, essa contribuição já é negativa. Isso é um sintoma de desindustrialização. Se nossos setores de maior grau de industrialização já não contribuem para aumentar as nossas exportações, amanhã produziremos menos esses bens, investiremos menos e, quem sabe, perderemos esses segmentos para outros países. Na área química isso também aconteceu. Vale lembrar que a tônica do Brasil é ter tradicionalmente suas importações ligadas a bens intermediários, exatamente aqueles bens necessários à produção de outros bens, além de bens de capital e equipamentos. De novo, a importação de nenhum dos dois é ruim, nem a importação de bens de consumo, desde que esteja havendo um equilíbrio e uma competitividade relativa do Brasil com o exterior. No nosso caso, como há um câmbio muito valorizado, acho que está havendo um exagero grande na competitividade pró-exterior de bens de capital e de muitas cadeias de maior valor agregado.

Como poderiam ser ajustados esses rumos macroeconômicos para se atingir um crescimento sustentado, como até vem ocorrendo, porém em taxas comparáveis aos demais grandes países emergentes, como China e Índia?

Não vejo outra solução a não ser ter um ajuste do câmbio. Tem que existir políticas alternativas, pelo menos provi-

sórias. No Brasil, o que funcionou muito em alguns setores foi a desoneração tributária bem aplicada. Por exemplo, na área de informática houve uma redução muito grande do custo de computadores e outros bens de informática por conta da redução de impostos. Explodiu esta indústria no Brasil, com componentes importados, é verdade, porque o governo não fez uma política associada ao fortalecimento da cadeia de produção. Mas onde houve uma atuação, que foi na redução de tributos, houve também uma resposta muito positiva. Então, para incentivar um setor, a redução da carga tributária é muito importante. Além, é claro, de financiamento e da organização dos produtores.

O governo ainda não adotou uma política industrial clara a partir do diagnóstico das oportunidades e uma ação efetiva para organizar a cadeia produtiva em setores estratégicos para o País. Há sinais de que isso será feito?

Sim. Isso é responsabilidade do governo e hoje atravessamos um bom momento, pois a economia está estável e o setor público apresenta uma situação fiscal que não é de dependência absoluta. Especificamente na indústria química, se nada for feito em curto prazo, estaremos definitivamente perdendo oportunidades em alguns segmentos. A boa notícia é que o governo acena com este caminho de articulação através de algumas lideranças importantes. O ministro Guido Mantega é muito preocupado com essa questão e o novo presidente do BNDES, Luciano Coutinho, não é apenas uma pessoa atenta ao problema, mas também viveu tudo isso de perto. Ele tem um profundo conhecimento dos temas abordados nesta entrevista e ocupa uma posição estratégica. Acho que a dupla Luciano Coutinho no BNDES e o ministro Guido Mantega na Fazenda pode significar que chegou o momento de pensar alto na área de política industrial neste País. Além disso, toda a conjuntura favorece o Brasil. Agora, temos que lembrar, que sem um ajuste cambial, nada feito. Na minha opinião, não há política industrial que supere este obstáculo de um câmbio artificialmente supervalorizado.

A saúde em debate

Em estimulante debate com empresários da indústria de fármacos e medicamentos, o ministro José Temporão mostrou que tem visão ampla e de longo prazo sobre as soluções para viabilizar os programas públicos de saúde.

Empresários do complexo produtivo e de serviços na área da saúde do estado do Rio de Janeiro reuniram-se no último dia 24 de agosto, para entregar uma série de propostas ao Ministro da Saúde. O encontro empresarial "A Saúde em Debate", articulado pela ABIFINA no auditório da Firjan, contando com a participação de outras entidades setoriais, teve como objetivo aproximar o ministério da Saúde dos empresários que produzem medicamentos, fármacos e correlatos, materiais odontológicos e médico-hospitalares, assim como os prestadores de serviços hospitalares e laboratoriais.

As sugestões apresentadas ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, vão estar na nova linha de atuação da política de saúde, que será submetida ao presidente Lula pelo ministro Temporão. Entre as reivindicações feitas no âmbito do mercado interno está a utilização do poder de compra da rede pública para fortalecer este mercado produtivo nacional. Além disso, sugeriu-se que a Lei de Licitações seja aplicada de forma a se comparar preços somente após ter sido realizado um tratamento isonômico

de tributos e da regulação sanitária, entre os produtos importados e os fabricados no País. Atualmente, a elevada carga tributária incidente sobre o produto doméstico impede que o produto nacional seja competitivo no preço de face com o estrangeiro, que não somente é aliviado dessa enorme carga de tributos, como recebe incentivos para exportar como é o caso da China.

Registro e outros problemas

Outro ponto levantado diz respeito ao sistema regulatório. Os empresários do setor pediram que a Anvisa implante, de forma bem mais rápida, normas de regulação sanitária para os produtos farmoquímicos importados tão rigorosas quanto aquelas aplicadas aos produtos nacionais. Solicitaram, também, a racionalização administrativa dessa agência visando à agilização da análise de processos, bem como o comprometimento de seu pessoal técnico com os objetivos da política industrial, tecnológica e de comércio exterior do Brasil, à semelhança do que fazem os países mais avançados.

A regulamentação dos critérios para concessão de registro sanitário dos medicamentos já comercializados nos países-sedes das empresas originárias, mas cujo registro no Brasil não foi solicitado pelo titular de origem, foi outro tema de discussão. A falta desta definição, ou uma definição inadequada dessa norma, torna impossível a obtenção do registro para outras empresas interessadas em fabricar no Brasil. Uma interpretação literal da regulamentação obrigaria a empresa interessada em registrar o produto a repetir e compilar estudos pré-clínicos e clínicos (fases 1, 2, 3 e 4) para cada indicação aprovada e submetê-los à Anvisa.

A implantação de uma nova resolução sobre textos de bula, que seja alinhada com a regulação existente em todos os outros países e de acordo com a OMS, também foi uma reivindicação dos empresários, para evitar que as empresas titulares de patentes sobre medicamentos consigam a extensão da exclusividade de mercado por um prazo maior que o da invenção da molécula, o que impede a competição.

Para que a livre concorrência não seja prejudicada, foram sugeridas medidas específicas como a retirada de projetos colocados em instâncias legislativas e regulatórias que visem limitar a possibilidade de concessão de registro sanitário aos produtos similares, e a limitação do tabelamento de preços de medicamentos apenas àqueles produtos para os quais não exista concorrência.

Em relação ao sistema tributário, o empresariado sugeriu a racionalização da carga tributária que pesa sobre o setor produtivo, permitindo sua redução na produção interna e sua utilização como um mecanismo efetivo de promoção do desenvolvimento econômico e social, através da criação de incentivos à produção local com maior va-



Ministro José Gomes Temporão



Jorge Raimundo



Antonio Paes de Carvalho



Luiz Antônio da Silva Neves



Carlos Alexandre Geyer



Antônio Luiz Brito



José Carlos Abrahão



Franco Pallamolla



Onésimo Pereira Azara

lor agregado. Também foi sugerida a regulamentação da lei de incentivos à inovação tecnológica através de instruções normativas da Receita Federal, a fim de harmonizar a diversidade de critérios utilizados pelos órgãos fiscalizadores, que resulta numa enorme instabilidade jurídica.

Para garantir crédito ao setor, a solução encontrada foi a ampliação das linhas de financiamento do BNDES e a flexibilização das exigências de garantias reais para permitir que, à semelhança do Profarma, também sejam incentivados investimentos para inovar equipamentos destinados às áreas médicas afins, melhorando os serviços hospitalares.

No segmento da inovação tecnológica e propriedade industrial foi considerada a necessidade de se incentivar a construção de parcerias entre laboratórios oficiais e empresas privadas, visando ao atendimento dos programas plurianuais de saúde pública. O ideal é que a propriedade industrial resultante das atividades inovadoras de processos e produtos seja reconhecida na forma estabelecida pela lei nacional, coibindo-se quaisquer abusos, bem como se reconhecendo plenamente o direito do Estado de licenciar compulsoriamente patentes industriais quando estiver envolvido o interesse público. Além disso, deve-se harmonizar o conceito de que patente industrial e registro sanitário são procedimentos regulamentares com objetivos diversos e por isso estariam sujeitos

a procedimentos distintos, conforme disciplinado pela lei nacional e nos acordos internacionais assinados pelo Brasil.

Para que todas as sugestões feitas durante o encontro possam ser colocadas em prática, os participantes solicitaram que o fórum de entidades do complexo produtivo da área da saúde mantenha-se atuante e sob a articulação da Fiocruz.

Otimismo com o futuro da saúde

Durante o encontro empresarial, o ministro José Temporão lembrou que nos últimos quatro anos o Ministério da Saúde alocou cerca de R\$ 70 milhões ao ano em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, e a expectativa é que para os próximos cinco anos esses recursos se ampliem. Para tanto, ele declarou serem imprescindíveis os recursos oriundos da CPMF, contribuição compulsória que tem sido insistentemente questionada pela sociedade. "Sem os recursos da CPMF o Ministério da Saúde interromperá bruscamente atividades de promoção, prevenção, assistência à saúde e fornecimento de medicamentos para a população", afirmou. Ele destacou, também, que o atual ministro da Fazenda considera as verbas da área de saúde como investimentos e não como gastos de custeio, como pensam outros políticos. Dessa forma, as previsões para o futuro da saúde são as mais otimistas possíveis. "A saúde constitui espaço estratégico de

desenvolvimento, criação de emprego, de conhecimento e de riqueza. Sendo assim entendida, o governo passará a analisar a proposta do Ministério da Saúde conhecida como o PAC da Saúde", revelou.

Segundo o ministro, várias tentativas anteriores para a melhoria do setor da saúde pública fracassaram, devido à ausência de uma continuidade administrativa e da falta de uma visão estratégica dos governos. Ele cita como exemplo a implantação precoce da Lei de Patentes, que impediu o Brasil de se beneficiar do período de adaptação concedido pela OMC. Atentou para o fato de que, atualmente, 30% das importações brasileiras de medicamentos são oriundas de países com o mesmo nível de desenvolvimento que o nosso, por força de uma política do passado que não atendeu aos interesses nacionais. "Neste momento está ocorrendo uma proposta de natureza distinta, uma iniciativa que pretende ter uma visão mais ampla e integrada da cadeia produtiva, constituída pelos empresários produtores", disse. "O sucesso dessa iniciativa vai depender do uso do poder de compra do Estado, da construção de um novo marco regulatório e da integração desses mecanismos com a política industrial, fazendo convergirem o BNDES e o setor privado num processo de sustentabilidade e continuidade."

Temporão falou, ainda, sobre as questões tributária e de proteção patentária e os embates com a Anvisa, admitindo a ne-

cessidade de se definir um novo marco regulatório alinhado com a política industrial para que o Brasil tenha condições de criar um ambiente para os negócios conjugado a uma visão de saúde pública. Ele revelou que uma grande empresa transnacional direcionou investimentos para a China por causa do marco legal, que garante mais segurança aos investidores naquele país do que no Brasil. “O nosso desafio é construir uma agenda para atrair investidores visando ao estabelecimento de parcerias entre os laboratórios privados que produzem no País e os laboratórios estatais, aliados em um esforço articulado e conjunto”, explica.

Sistema tributário e marco regulatório

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Carlos Gross, também deu atenção à questão tributária e afirmou que o problema é que nem os empresários nem a sociedade gostam de impostos abusivos, ressaltando não ser este o caso da CPMF. “Estranhamente ganham manchete somente campanhas contra a CPMF, o único imposto universal que todos pagam na mesma proporção de sua renda, o único imposto não-declaratório e o único imposto não-sonogável. Por que não propor a redução do piso da Cofins, que onera a indústria farmacêutica de maneira tão grave?” Segundo Gross, é preciso aumentar a eficiência do Estado para que a reforma tributária deslanche. “O problema são os excessos de outros impostos, que carecem de uma ampla reforma em nome da racionalização do sistema tributário no Brasil, mas que certamente não vai reduzir o tamanho da participação do Estado na economia, hoje em torno de 34 ou 36%, esclarece.

Carlos Alexandre Geyer, presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac), destacou que o marco regulatório é a maior barreira econômica para a entrada de novos *players* no mercado. Para ele, a Anvisa muitas vezes inviabiliza a entrada de novos concorrentes no mercado nacional pela ausência de um critério claro e racional. “A regulação precária prejudica o desenvolvimento da indústria nacional e, conseqüentemente, da população. Todos desejam que sejam feitos investimentos no

País, seja por empresas nacionais ou multinacionais”, declarou. Ele reiterou, ainda, que de nada valerão as sugestões apresentadas durante o encontro se essa iniciativa for tratada apenas como uma política de governo, e não como uma política de Estado. “Não adianta instituir uma política industrial se ela não tiver implantação efetiva neste governo e continuidade nos que se seguirem”, disse. Segundo Gross, é preciso grandeza na condução dessa política porque os frutos não serão colhidos de forma expressiva no governo que a implantará em caráter pioneiro. O governo atual começa a colher alguns frutos, mas os resultados mais expressivos serão colhidos pela sociedade ao longo dos próximos governos, se for mantida uma política de Estado. “A expectativa é que os subsídios agora fornecidos ao ministro sirvam para o aperfeiçoamento da política industrial como uma política de Estado, pensando nas próximas gerações. O que se pretende é construir uma indústria sólida, que atenda às necessidades do País, porque isto é indispensável para a soberania nacional”, concluiu.

Falta de vontade política

Onésimo Azara, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica (Abiquif), defendeu a idéia de que, quando o governo quer, ele faz. Citou a implantação do sistema de medicamentos genéricos como exemplo do que a vontade política pode fazer. “Quando um ministro decidiu que o Brasil deveria fazer o genérico, foi elaborada uma proposta de medida provisória que perpassou o Ministério da Saúde e foi para o presidente já pronta, batendo-se o recorde mundial de velocidade entre a assinatura da MP e a primeira caixa de genérico na farmácia, dois anos depois”, contou.

Franco Pallamolla, presidente da Associação Brasileira da Indústria Médico-odontológica (Abimo), acrescentou que compete ao setor produtivo não deixar que a atual política a ser implantada pelo Ministério da Saúde fracasse pela passagem de um governo para outro. “O Estado é perene e o governo é provisório. Então, o setor produtivo e a sociedade como um todo devem pressionar os futuros governos para que o atual modelo que está sendo construído, depois de anos de desvios e de erros, não seja mudado.”

José Carlos de Souza Abrahão, presidente da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS), falou da alegria do setor que representa por vislumbrar na missão do ministro uma nova mentalidade para todo o País e um compromisso da nação com a área da saúde. Segundo ele, é fundamental entender que só existe uma saúde, não havendo mais espaço para se falar de saúde pública ou privada. “As Santas Casas de Misericórdia constituem um braço fundamental e o sistema privado, seja com ou sem fins lucrativos, é responsável por 60 a 65% do Sistema Único de Saúde, fato singular em todo o mundo”, disse. Ele acrescentou, ainda, que apóia as medidas propostas ao ministro, ressaltando que a Casa da Indústria do Rio de Janeiro não deixará de colaborar com a pasta da Saúde, onde se vislumbra uma nova visão de gestão.

Antônio Luiz Brito, presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, reiterou que a gestão é uma prioridade para todo o sistema e informou sobre um convênio firmado com o movimento Brasil Competitivo e o Fórum de Qualidade, Produtividade e Competividade pelo qual, com o apoio da Gerdau e da Petrobras, será modernizada e profissionalizada a gestão das Santas Casas.

Luiz Antonio Neves, Secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia do município fluminense de Piraí e vice-presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, fez coro com Abrahão no aplauso ao Ministro, ressaltando que, pela primeira vez, forma-se plena convergência e uma iniciativa governamental se associa aos interesses produtivos do Brasil na mesma direção.

Burocracia atrapalha pesquisa

Antonio Paes de Carvalho, da Extracta Moléculas Naturais S/A, destacou que, durante a reunião, foram tratados os grandes temas capazes de criar um ambiente favorável para que se estabeleçam grandes negócios na indústria farmacêutica do estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Ele declarou não ser possível pensar numa indústria sem regulamentos e sem um ambiente estável. Ressaltou, também, a importância da formação de recursos humanos para se operar e fazer progredir o complexo industrial



Nelson Brasil de Oliveira, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, ministro José Gomes Temporão e Carlos Gross

e prestador de serviços, especialmente no que concerne à criatividade e à inovação. “Se não colocarmos juntos esses dois lados, não conseguiremos fazer a indústria progredir”, disse. Outro ponto abordado por Carvalho foi o problema da propriedade industrial referente à questão da exploração de produtos naturais, emperrada desde o ano 2000 e que somente agora começa a se equacionar. “Essa questão precisa realmente ser enfrentada para que se possa aproveitar a imensa biodiversidade brasileira, uma de nossas maiores riquezas, ponderou.

Jorge Raimundo, presidente do Conselho Consultivo da Interfarma - Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), revelou que os gastos em pesquisas clínicas relacionados às pesquisas de medicamentos, que representam dois terços dos dispêndios do setor, totalizam US\$ 40 bilhões no mundo, conforme os balanços das empresas. O Brasil representa 1% do mercado farmacêutico mundial e deveria receber, no mínimo, 1% dos investimentos nessas pesquisas clínicas, o que somaria algo como US\$ 400 milhões. Porém, o Brasil perde pesquisas clínicas porque a burocracia da Anvisa e do Conep impedem que os estudos clínicos multicêntricos sejam feitos ao mesmo tempo, como ocorre nos outros países. Raimundo explica que, quando se deseja fazer um estudo multicêntrico entre Brasil, Itália, França, Japão e Alemanha, por exemplo, os protocolos são enviados para os países e, em média, aprovados em seis meses, sendo necessários mais seis meses para importar matéria-prima, produzir e começar a seleção dos pacientes antes de se iniciar o estudo clínico. Já no Brasil, não se consegue concluir esse processo em menos de dois anos.

“Quando se começa uma pesquisa clínica multicêntrica por aqui, o mundo inteiro já começou. O Brasil acaba não entrando no protocolo e perde a oportunidade.”

Por que o Brasil não exporta

Por fim, Jorge Raimundo registrou que, se a Índia está hoje em posição de destaque como país exportador de matéria-prima, é porque em 1986 baixou um decreto para financiar as empresas indianas, criando a Rambax, a Sipla etc. Todas foram criadas com dinheiro do Estado, com prazo de carência enorme para pagamento sem juros e com o compromisso de que teriam de produzir matéria-prima para exportação. Já no Brasil, o governo nunca financiou a indústria química brasileira a longo prazo, sem juros e com esse tipo de compromisso. E o mais grave é que a carga tributária brasileira é cerca de 39%, superior à de produtos fabricados em qualquer lugar do mundo. “Enquanto a carga tributária para a matéria-prima brasileira estiver nesse nível na área de saúde, será difícil a competição internacional.”

Jorge Raimundo lembrou, também, que em 2000 foi criada uma empresa nacional de biotecnologia e foram inventados seis novos produtos. Porém, nenhum pôde ser patenteado porque o art. 10 da Lei de Propriedade Intelectual não permite o patenteamento de produtos oriundos da biodiversidade. “No Brasil, uma empresa investe em biotecnologia, inventa produto e não consegue ter patente. Não conseguindo ter a patente, não vende para o exterior porque lá fora ninguém vai querer comprar um produto da biodiversidade brasileira e ser chamado de pirata. Enquanto a lei não for

mudada, o incentivo ao investidor na área de pesquisa de produtos naturais será muito difícil”, sentenciou.

A ausência de representantes da comunidade acadêmica nas discussões do encontro empresarial foi sentida por Afrânio Kritski, chefe de clínica médica da UFRJ. Ele entende que devam ser criados mecanismos indutivos para que se suspenda o divórcio existente entre a empresa e a universidade brasileira, com a produção do conhecimento útil para o país. Para Kritski, o pesquisador acadêmico é induzido pela Capes a publicar pesquisas e teses no sentido oposto ao da propriedade intelectual. “O número de doutores no País dobrou em curto período de tempo, mas para onde eles estão indo? Certamente não estão indo para o parque industrial, porque não há um mecanismo de captação desses novos cérebros articulado no governo junto ao MEC, Ministério da Saúde, Indústria e Comércio etc. A universidade deve participar, trocar idéias e entrar nessa discussão fundamental para o País”, conclamou.

O evento foi uma iniciativa da ABIFINA que contou com o apoio da Firjan e do Sinfar.

Participaram da formulação do documento entregue ao ministro, as entidades:

- Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA).
- Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac).
- Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica (Abiquif).
- Associação Brasileira da Indústria Médico-odontológica (Abimo).
- Sindicato dos Laboratórios de Patologia e Análises Clínicas do Estado do Rio de Janeiro (Sindilapac).
- Sindicato da Indústria de Produtos Cosméticos e Higiene Pessoal do Estado do Rio de Janeiro (Sipaterj).
- Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB).
- Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS).
- Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (Sidherj).
- Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro (Sinfar).

Tendências recentes do patenteamento do setor farmacêutico no Brasil

Jaqueline Soares,
Pesquisadora em Propriedade Industrial do INPI

O presente artigo tem por objetivo analisar o perfil dos pedidos de patente do setor farmacêutico depositados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), no período de janeiro de 2006 a abril de 2007, utilizando-se os resumos dos pedidos de patente armazenados na base de dados do Centro de Informação para Inovação – Divisão Química e Farmacêutica (CIPI-qq) da ABIFINA.

O CIPI-qq, vem desempenhando, desde março de 2005, uma série de atividades no que diz respeito à propriedade intelectual. Entre estas atividades destaca-se o “Alerta Patente”.

O Alerta Patente é um sistema de informações tecnológicas oriundas de publicações de pedidos de patentes depositados no INPI, tanto os nacionais quanto os de origem estrangeira. Estes resumos são processados pelo CIPI-qq de forma a evidenciar a informação tecnológica de maneira mais clara, objetiva e informativa, por área de atuação. A ferramenta escolhida pelo CIPI-qq para selecionar os resumos dos pedidos de patente por área de atuação foi a Classificação Internacional de Patentes (CIP).

A CIP permite a fácil recuperação de informações com grau de especificidade, já que permite a busca de informações em campos tecnológicos contidos nos documentos de patente. Atualmente os resumos dos pedidos de patente dos setores da química fina e farmacêutico processados pelo CIPI-qq, estão organizados em sete segmentos: Bio-

tecnologia, Catalisadores, Orgânicos de Usos Diversos, Defensivos Agrícolas, Medicamentos-fármacos, Cosméticos e Higiene e Outras Especialidades.

Assim, foram utilizados os resumos dos pedidos de patente do segmento de medicamentos e fármacos, de classificação internacional A61K e A61P, ou seja, resumos que englobaram preparações para finalidades médicas, odontológicas ou higiênicas e atividade terapêutica de compostos químicos ou preparações medicinais, respectivamente.

O estudo consistiu no levantamento e análise dos pedidos de patente depositados no INPI no período de janeiro de 2006 a abril de 2007 relativos ao segmento de medicamentos e fármacos processados pelo CIPI-qq nos “Alerta Patente” de n°7 ao n°21, totalizando 2.929 resumos.

Com o intuito de facilitar a análise dos dados obtidos, os pedidos de patentes do segmento de medicamentos e fármacos foram subdivididos em 8 subseções, a saber: composto/composição; farmacotécnica; fitoterapia; método de tratamento; polimorfo; processo de preparação; uso e vacina. Vale ressaltar que foram excluídos desta análise os pedidos de patente referentes a agentes de contraste, dispositivos, métodos analíticos, kits farmacêuticos, entre outros.

Conforme pode ser verificado na tabela abaixo, o maior número de depósitos de pedidos de patente ocorreu para novos compostos e pequenas modificações estruturais dos compostos já descritos no estado da téc-

nica (os chamados “me too”), assim como para novas composições ou combinações farmacêuticas. Isto evidencia o interesse do setor farmacêutico em proteger inicialmente o princípio ativo, bem como composições que o contenham, uma vez que esta categoria de reivindicação (produto) confere um forte escopo de proteção. O reduzido número de moléculas realmente novas segue a tendência mundial observada desde o final dos anos 90 quando começa a declinar significativamente a descoberta de novas entidades químicas com efeitos terapêuticos.

O segundo maior número de depósitos ocorreu na área da tecnologia farmacêutica, seguida da proteção de processos de preparação de compostos farmacologicamente ativos.

Com relação ao número de depósitos para método terapêutico, vale ressaltar que o art. 10 (VIII) da LPI exclui este tipo de proteção em nosso País.

Destaque também deve ser dado ao número de depósitos de pedidos de patente na área do estado sólido, isto é, pedidos de proteção cobrindo novas formas cristalinas (polimorfos) de substâncias já conhecidas. Deve-se registrar que o patenteamento destas novas formas cristalinas é objeto de controvérsias.

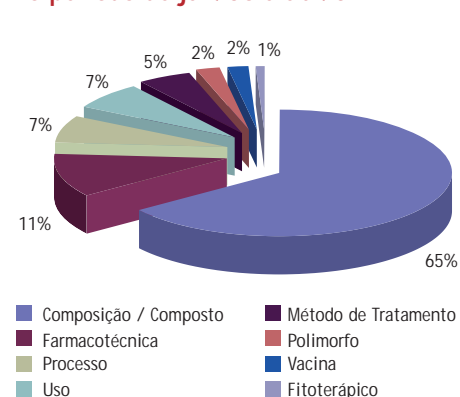
No que se refere à área de fitoterápicos, esta teve o menor número de depósitos provavelmente pelo fato de que todo ou parte dos seres vivos não serem considerados invenção conforme o disposto no art. 10 (IX) da LPI.

A tabela e o gráfico ilustram a porcentagem de pedidos de patente por subseção.

Pedidos de patente tratados pelo CIPI-qq no período de jan/06 a abr/07

Seção	Alerta patente n°															Total
	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	
Composto/ Composição	120	131	210	107	96	108	116	124	196	218	109	127	63	87	116	1928
Farmacotécnica	15	27	43	20	15	10	21	36	28	23	22	29	14	13	13	328
Processo	12	16	27	12	10	9	18	20	17	11	16	9	4	13	12	206
Uso	18	23	17	6	4	9	16	18	15	16	15	14	6	8	8	193
Método de tratamento	14	25	23	14	6	7	8	8	3	11	6	14	7	4	2	152
Polimorfo	5	2	3	2	0	1	0	5	8	8	6	1	1	5	2	49
Vacina	4	5	1	2	3	1	7	2	1	2	7	3	1	4	3	46
Fitoterápicos	2	1	1	4	2	2	2	0	0	1	0	4	0	4	2	25

Pedidos de patente tratados pelo CIPI-qq no período de jan/06 a abr/07



Painel do associado

Incrementtha é a nova associada da ABIFINA

Empresa de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica de novos fármacos, a Incrementtha PD&I, passou a fazer parte do quadro de associados da ABIFINA em outubro. Dois grandes laboratórios nacionais – Eurofarma e Biolab – se uniram para formar o empreendimento em 2006, com investimentos de aproximadamente R\$ 4 milhões. O foco da Incrementtha é a transformação de drogas já conhecidas em novas moléculas.

Atualmente, há 30 projetos sendo analisados pela empresa para a verificação das viabilidades patentária, industrial, técnica, científica e regulatória. E já em 2008, a empresa prepara o lançamento de seus primeiros produtos. O diretor administrativo e financeiro da empresa, Mario Tadeu Souto, disse que a estimativa é faturar perto de R\$ 20 milhões no primeiro ano com a comercialização no País dos três produtos, que já são frutos de parcerias com universidades.

Bio-Manguinhos inaugura fábrica de vacinas antivirais

No dia 1º de outubro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, inauguraram o Centro de Produção de Antígenos Virais (CPAV), do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz (Bio-Manguinhos/Fiocruz).

O novo centro tem capacidade para fabricar cerca de 100 milhões de doses de vacinas virais por ano. Inicialmente, o CPAV produzirá a vacina tríplice viral (contra sarampo, caxumba e rubéola), que vem sendo implementada no contexto do acordo de transferência de tecnologia iniciado em 2004, com o laboratório GlaxoSmithKline. No CPAV, também poderão ser produzidas outras vacinas virais, tais como: rotavírus, varicela, hepatite A, febre amarela inativada, poliomielite inativada e dengue.

Aché lança mais duas apresentações de Busonid®

O Aché Laboratórios lança duas apresentações de Busonid® Suspensão Aquosa Nasal (budesonida), com 32 mcg e 64 mcg, e traz ao médico flexibilidade no tratamento da rinite alérgica com corticóides tópicos nasais. Com os lançamentos, o laboratório se torna o único a oferecer, com a mesma marca, as quatro apresentações de budesonida: 32 mcg, 50 mcg, 64 mcg e 100 mcg1.

Santelisa busca parceria com Aché e Maeda

A Indústria Farmacêutica Aché estuda parcerias com a Santelisa Vale SA, Brasil Agro, Dedini e SLC para a construção de uma usina de açúcar e álcool em Nova Mutum (MT). De acordo com o diretor de operações, José Ricardo Mendes da Silva, os controladores do laboratório têm fazenda e capital, mas falta tecnologia para a produção de etanol.

Os donos do Aché possuem 50 mil hectares de terras na cidade, dos quais prevê-se plantar em 18 mil hectares. O restante é reserva legal. De acordo com Mendes da Silva, os acionistas aprovaram, no mês passado, a separação das fazendas dos ativos do laboratório, de forma a segregar as atividades farmacêuticas da área agrícola.

Assinado acordo para produção de vacina

O Ministério da Saúde, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Fundação Butantan assinaram ontem um protocolo de intenções para a produção nacional da vacina contra o rotavírus. A expectativa é de que até 2010 seja produzida inteiramente no País uma vacina contra o vírus, responsável por 30% das diarreias graves em crianças de até 5 anos.

De acordo com o cientista, a expectativa é que depois de realizados testes e avaliações internacionais com a nova vacina até 2009, ela possa estar disponível para o Ministério da Saúde a partir de 2010. Em 2006, o Brasil foi o primeiro país do mundo a oferecer a vacina contra o rotavírus na rede pública de saúde. Desde então, a oferta da vacina pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), tentou evitar, anualmente, a morte de 850 crianças menores de cinco anos no País.

Cristália amplia investimentos

Para manter as mesmas taxas de crescimento registradas nos últimos anos e garantir caixa para aplicar na sua principal vocação – a pesquisa e o desenvolvimento de insumos e medicamentos –, o Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos está ampliando os investimentos na expansão da capacidade instalada. Um dos poucos laboratórios nacionais com produção verticalizada (faz medicamento, matéria-prima e artigos médicos), coloca em curso um projeto de expansão da unidade de farmacêuticos, localizada em Itapira (SP), que custará quase R\$ 18 milhões, e também da fábrica de injetáveis, da capital paulista, onde aplicará outros R\$ 4 milhões.

Eleva quase pronto para ser lançado

A Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos deve lançar em breve o Eleva, o primeiro produto da categoria de remédios mais modernos para tratar a disfunção erétil desenvolvido por uma companhia brasileira. O remédio espera apenas aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Cristália é destaque do Sudeste brasileiro

A Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda. foi escolhida como a empre-

sa mais inovadora do Sudeste brasileiro, na categoria médias e grandes empresas, entre as empresas farmacêuticas.

O reconhecimento veio através do Prêmio Finep de Inovação 2007 que visa estimular os esforços inovadores de empresas que geram resultados positivos para a sociedade brasileira.

EMS lança novo genérico para distúrbio psicótico

A divisão Genéricos da EMS disponibiliza ao consumidor mais uma opção de antipsicóticos, a Risperidona, primeiro genérico em solução oral do País. O produto custará R\$ 64,02 (PMC), cerca de 35% mais barato que o medicamento referência, o Risperdal®, do laboratório Janssen-Cilag que custa R\$ 98,49 (PMC).

A Risperidona é eficaz no tratamento dos sintomas positivos e negativos da esquizofrenia.

Software para gestão de medicamentos controlados

O laboratório farmacêutico EMS vai lançar uma revista de preços, a *Santa Catarina*, e um software, que serão distribuídos para cerca de 50 mil pontos-de-venda em todo o País.

Com investimentos na casa de R\$ 1,5 milhão o destaque da ação vai para a distribuição do software GNMC, que atende às novas exigências da Resolução 27 da Anvisa. O software permite o controle de medicamentos de todos os laboratórios e estará disponível gratuitamente para download no site: www.gnmc.com.br.

Medley é eleita uma das melhores empresas para se trabalhar

A Medley foi eleita uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil pelas

revistas *Exame* e *Você S.A.* Identificação com a empresa não é problema para os funcionários do laboratório farmacêutico, que fica em Campinas, São Paulo. Eles têm até uma expressão para isso: orgulho de ser Medley. É por isso que trabalham duro para fazer a empresa chegar ao 1º lugar do ranking de laboratórios farmacêuticos em 2009. Para isso, o foco tem sido totalmente na liderança.

Nova linha para o sistema nervoso

A Medley Indústria Farmacêutica lançou em setembro dois medicamentos para o tratamento de doenças ligadas ao sistema nervoso central, o Alzepinol e o Alenthus XR. As opções chegam ao mercado com preços 36% e 41%, respectivamente, mais baratos que os remédios de referência.

O Alzepinol é indicado para pacientes com epilepsia. Já o Alenthus XR é um antidepressivo indicado para casos de depressão, depressão com ansiedade associada, transtorno de ansiedade generalizada (TAG), transtorno de ansiedade social (TAS), também conhecido como fobia social, e para o transtorno do pânico.

Eurofarma – melhor indústria farmacêutica para se trabalhar

A oportunidade de crescimento e desenvolvimento, o respeito à saúde e à qualidade de vida, a confiança na gestão e as práticas e políticas adotadas, levaram a Eurofarma Laboratórios a ser considerada a melhor indústria farmacêutica para se trabalhar no País. É o que mostra a 11ª edição do Prêmio Melhores Empresas para Você Trabalhar, publicado anualmente pelas revistas *Exame* e *Você S.A.* A empresa destacou-se também entre as cinco empresas onde os funcionários estão mais orgulhosos e satisfeitos, ficando em 6º lugar nas melhores empresas para os executivos trabalharem. Atualmente, a Eurofarma está entre as três primeiras no mercado farmacêutico e pretende ser a primeira nos próximos cinco anos.

Genérico de Sibutramina mais barato

Eurofarma Laboratórios lançou o genérico do Cloridrato de Sibutramina, que tem o Reductil®, da Abbott, como medicamento de referência. O genérico Eurofarma chegou ao mercado com preço 68% menor que o inovador correspondente e 30% menor que o medicamento líder na substância. Com este lançamento, a empresa ingressa no segmento de produtos para o tratamento e controle da obesidade.

Milenia é eleita uma das 100 melhores empresas para trabalhar

A empresa Milenia Agrociências foi classificada como umas das "100 Melhores Empresas Brasileiras para Trabalhar" pelo terceiro ano consecutivo. O evento de premiação aconteceu no dia 20 de agosto, no Credicard Hall, em São Paulo. A pesquisa é realizada pelo Great Place To Work (GPTW), principal consultoria de análise de clima organizacional do mundo, e se baseia na avaliação da satisfação dos funcionários e nas práticas na gestão de pessoas.

Para chegar a essa conclusão, o GPTW ouviu mais de 253 mil profissionais que atuam no Brasil.

Milenia faz acordo com o consórcio

A Milenia Agrociências, controlada pela israelense Makhteshim Agan, espera aumentar sua participação de mercado nas regiões Centro-Oeste e Nordeste graças à parceria com o Consórcio Cooperativo Agropecuário Brasileiro (CCAB). A empresa fez acordo com o grupo para o fornecimento de herbicidas, inseticidas e fungicidas na safra 2007/08, que envolverá uma cifra superior a US\$ 50 milhões. Em 2006, a Milenia faturou no Brasil R\$ 673,5 milhões.

União Química negocia aquisição

A farmacêutica União Química negocia a compra do laboratório Bio-Macro. O negócio, avaliado em R\$ 10 milhões, deve reforçar a atuação da empresa controlada pela família Castro Marques nos segmentos de medicamentos similares e de produtos OTC (vendidos nas farmácias sem receita médica).

A Bio-Macro possui 44 medicamentos em sua linha, dos quais 29 são produtos OTC. Entre eles, o analgésico Lisantil (similar do Lisador) e o xarope Biogripe. A idéia é incluí-los na linha de venda livre da Andromed, que pertence à União Química.

Inaugurada Unidade Fabril de Farmanguinhos

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, inaugurou no dia 17 de setembro uma nova área de produção de medicamentos anti-retrovirais no Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos) da Fiocruz. A expansão do parque industrial do Complexo Tecnológico de Medicamentos (CTM) incluirá uma nova área de 12 mil metros quadrados, com três novos pavimentos readequados para a fabricação de anti-retrovirais, semi-sólidos (cremes e pomadas) e, em breve, de medicamentos de granulação úmida (comprimidos).

Segundo o diretor de Farmanguinhos, Eduardo Costa, o projeto compreende a penúltima parte do investimento de R\$ 50 milhões que será feito no CTM. A expansão garantirá maior flexibilização na demanda do Ministério da Saúde para a fabricação dos medicamentos que abastecem o Sistema Único de Saúde e melhora nas condições de processo atendendo às boas práticas de fabricação. Ainda durante o evento, Farmanguinhos recebeu a Medalha Tiradentes, que re-

presenta o reconhecimento a iniciativas que servem de exemplo à sociedade.

Libbs inaugura fábrica e centro de desenvolvimento

A Libbs Farmacêutica inaugurou em Embu (SP) uma das mais modernas e bem equipadas fábricas de medicamentos do País. Entre as personalidades presentes no evento estavam o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e o prefeito do município de Embu, Geraldo Cruz. O empreendimento foi o primeiro a ser aprovado pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica (Profarma) e recebeu investimentos de R\$ 100 milhões.

A empresa farmacêutica também inaugurou o Centro de Desenvolvimento Integrado Libbs, conjunto de laboratórios destinados ao desenvolvimento de novas formulações de medicamentos e de novas rotas de síntese para insumos farmacêuticos ativos.

EMS e Nortec Química S/A crescem em 2007

O investimento em genéricos e em pesquisa tem favorecido o crescimento de laboratórios brasileiros. Este é o caso de empresas como EMS e Nortec Química. A EMS, laboratório farmacêutico de capital nacional, foi a primeira do país a oferecer, em 2000, medicamentos genéricos aos consumidores. A rápida expansão contribuiu para que a EMS saltasse da 13ª posição no ranking das indústrias farmacêuticas, em 2001, para a liderança, em 2007.

Investimento em pesquisa é igualmente o forte da Nortec Química, empresa de capital 100% nacional com participação acionária do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). A empresa também aposta em genéricos e investe 7% do faturamento em inovação. A pesquisa é complementada com convênios e acordos de cooperação em ciência e tecnologia com diferentes instituições no Brasil.

INPI promove segundo encontro

INPI INSTITUTO
NACIONAL
DA PROPRIEDADE
INDUSTRIAL

etapa de encontros, o INPI submeterá à consulta pública, nos moldes clássicos utilizados pelos entes públicos, as diretrizes sobre “polimorfos” (primeiro tópico debatido) e “segundo uso” (tema seguinte em estudo).

O INPI promoveu, no dia 10 de outubro, um novo encontro com representantes da sociedade brasileira para discutir o tema “segundo uso” e, assim, continuar revendo suas diretrizes de exame. Essa última reunião foi mais produtiva do que a primeira, ocorrida em agosto havendo inclusive um diálogo maior entre os participantes. Depois de concluída a

Acordo entre Brasil e México

A proposta de negociações de livre-comércio entre Brasil e México foi submetida à apreciação prévia da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) antes de sua apresentação ao governo. A contraproposta sugerida pela Abiquim foi apresentada aos sócios da ABIFINA pela analista de Comércio Exterior, Noemy Padilha, na reunião do Conselho Administrativo da Associação, no dia 9 de outubro. Analisadas e discutidas as duas propostas, ficou decidido que a ABIFINA, em sua resposta à CNI, endossará os cronogramas de desgravação tarifária sugeridos pela Abiquim que, por serem mais longos, são mais condizentes com as sensibilidades da Química Fina.

Ministério da Saúde promove encontro sobre inovação na área de saúde e ciência



nacional de Inovação e o Complexo Industrial da Saúde no Brasil.

O Ministério da Saúde promoveu, entre os dias 22 e 24 de outubro, um grande encontro com o objetivo de avaliar a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, apresentar a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e discutir o Sistema Nacional de Inovação e o Complexo Industrial da Saúde no Brasil. O vice-presidente da ABIFINA, Marcos Oliveira, participou como apresentador na oficina de trabalho sobre o segmento da cadeia farmacêutica no Brasil. Ele enfatizou a fragilidade brasileira no que diz respeito à oferta de ingredientes ativos, intermediários de síntese e insumos diversos. Oliveira também ressaltou a importância dos programas de compra do Estado para a aceleração dos investimentos no setor e redução de nossa vulnerabilidade externa.

Novidades no Registro de Agro

A gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepia, participou do curso “Treinamento de Preparação de Documentação para Registro de Produtos Agrotóxicos, Componentes e Afins junto ao MAPA”.

O treinamento, que aconteceu nos dias 26 e 27 de setembro, foi ministrado pelo Coordenador-Geral da Coordenação-geral de Agrotóxicos e Afins (CGA), Luis Eduardo Rangel. Além de instruir sobre procedimentos adotados pelo MAPA para a avaliação de produtos agrotóxicos, o curso permitiu uma grande interação entre o setor privado e aquele ministério.

Várias sugestões e críticas foram apresentadas pelas empresas participantes e muitas foram aparentemente aceitas pelo coordenador-geral, que se comprometeu a levá-las para discussão interna na CGA. O MAPA criou um Manual de Procedimentos para seus fiscais usarem como um orientador em análises dos processos, que está disponibilizado no site do ministério (www.agricultura.gov.br).

O ministério espera que, zerando o passivo de processos existentes este ano, os próximos registros possam ser, a partir de 2008, concluídos em até 120 dias como definido em lei. Restará, entretanto, à Anvisa e ao Ibama iniciativas para perseguir esse objetivo.

Propriedade industrial no âmbito da PITCE

O vice-presidente da ABIFINA, Marcos Oliveira, foi recebido pelo corpo técnico do Departamento Farmacêutico do BNDES, chefiado por Pedro Palmeira.

O objetivo do encontro foi discutir aspectos relativos à execução da política brasileira de propriedade industrial e seus possíveis impactos na eficácia da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, a PITCE.

Entre os aspectos abordados destacam-se as possíveis restrições que a adoção de medidas TRIPS-plus poderiam representar para o esforço inovador das empresas nacionais.

Competitividade no Agronegócio



Preocupado com possíveis flexibilizações das regras de registro de produtos agroquímicos que visam permitir a importação de produtos oriundos da China, sob a recorrente justificativa de redução de preços no mercado nacional, o Presidente da ABIFINA, Luiz Guedes, esteve, entre os dias 26 e 27 de setembro, em diferentes encontros com autoridades do executivo e legislativo - Casa Civil, Câmara dos Deputados e ANVISA, acompanhado de dirigentes da ANDEF e SINDAG.

A manifestação setorial contrapõe-se ao posicionamento de um membro do Senado Federal, que acha a legislação brasileira moderna e suficiente para assegurar a competitividade do agronegócio.

Por sua vez, é importante ressaltar que sua aplicação vem sendo aperfeiçoada pelo trabalho em conjunto da ANVISA, IBAMA e MAPA, sob a coordenação da Casa Civil.

Anteriormente, no início de setembro, a ABIFINA já havia estado no MAPA para avaliar os avanços obtidos pela Força Tarefa constituída em 05 de dezembro de 2006, formada pela Casa Civil, IBAMA, ANVISA e MAPA, com o objetivo de eliminar o passivo de documentos relacionados ao registro de produtos agroquímicos existentes nos três órgãos.

Naquela oportunidade, Luiz Guedes, juntamente com representantes da ANDEF e SINGAG, apresentou uma série de importantes reivindicações relacionadas às questões de regulamentação e desburocratização de processos de registros de produtos agroquímicos.

As autoridades contatadas manifestaram-se de forma altamente tranquilizadora, garantindo o comprometimento com a saúde pública, o meio ambiente e o agricultor.

Reuniões da Câmara Temática de Insumos Agropecuários

A ABIFINA participou da 26ª, 27ª e 28ª Reuniões da Câmara Temática de Insumos Agropecuários – (CTIA), na sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em Brasília. O presidente da entidade, Luiz Guedes, esteve nos três eventos. No primeiro foi analisado o Fundo de Recebíveis do Agronegócio, referente à liberação de recursos para o financiamento de agricultores que ainda mantêm débitos junto às indústrias relativos às safras 2004-05 e 2005-06. No segundo, foi apresentada pelo coordenador-geral das Indústrias Químicas do MDIC, Zich Moysés, uma proposta para transferir o fórum de competitividade de agroquímicos do MDIC para a CTIA. E o terceiro teve como informação principal os problemas que envolvem a implementação do Financiamento dos Recebíveis do Agronegócio (FRA).

Coalizão Empresarial Brasileira (CEB)

A ABIFINA, representada pela analista de Comércio Exterior, Noemy Padilha, participou da reunião da Coalizão Empresarial Brasileira - CEB, realizada no dia 26 de setembro, na sede da (CEB) em Brasília.

No evento, foram apresentados os seguintes temas: "Perspectivas de Retomada das Negociações Mercosul – União Européia" e "Participação Brasileira na VII Conferência Plenária do Fórum Empresarial Mercosul – UE (MEBF), Lisboa, 8 de outubro de 2007".

Um segundo painel tratou das negociações Brasil-México, em que foram discutidas metodologias de negociação e propostas da CEB para a negociação com o México.

ABIFINA discute Lei de Patentes na Câmara



Foto: Lacyer Tomaz

O vice-presidente da ABIFINA, Marcos Oliveira, participou da audiência pública promovida pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados para discutir a Lei de Patentes e o desenvolvimento nacional, no dia 24 de outubro. O debate foi proposto para analisar possíveis mudanças na Lei nº 9.279/96, que regulamentou a propriedade industrial nº País, principalmente em relação à redução dos prazos de vigência das patentes, que hoje variam entre 15 e 20 anos.

Inovação Tecnológica em discussão

Em outubro, o Vice-Presidente da ABIFINA, Marcos Oliveira, participou do Seminário “Perspectivas do Desenvolvimento e da Inovação Tecnológica no Brasil”, realizado pelo Centro Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. O Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, esteve presente no evento com um discurso bastante otimista do atual momento da economia brasileira. Ele disse que apesar das prováveis restrições em relação a taxa cambial e a taxa de juros, houve uma recuperação bastante forte da taxa global de investimento. O BNDES estima que, na média, a taxa de investimento tem crescido acima de 14% a.a. e deve permanecer neste nível até 2010. A única exceção é a do setor químico-farmacêutico, que apresenta taxas de investimento com crescimento na faixa de apenas 3,9 a 4,6 % a.a. O setor bancário apresenta condições robustas de desempenho e as empresas privadas se encontram em um nível de endividamento muito baixo quando comparadas ao de outros países.

ABIFINA participa de consulta pública



A Anvisa promoveu uma reunião técnica em agosto para discutir a Consulta Pública nº 95 – Regulamento Técnico – Regime de Inspeções para Fabricantes de Produtos Intermediários e Insumos Farmacêuticos Ativos e para Distribuidores e Fracionadores de Insumos Farmacêuticos, publicada no DOU em dezembro de 2005. Marcia Bueno, da Libbs, esteve na reunião representando a ABIFINA.

Sua presença contribuiu para as discussões da CP 95/05, mas Marcia aproveitou a oportunidade para reivindicar prioridade nas discussões técnicas visando a finalização da Consulta Pública de nº 96/05, que trata do regime de inspeções extra zona para fabricantes de insumos farmacêuticos. A publicação da CP 95/05, antes da CP 96/05, irá regulamentar a completa falta de isonomia regulatória, fato alertado na referida reunião pela ABIFINA, que propôs a publicação da CP 95 juntamente com a CP 96, o que parece irá ocorrer.

Fiscalização no Paraná

A Comissão Executiva Estadual do Paraná (CEE) reuniu-se com entidades representantes do setor agroquímico para esclarecimentos sobre os procedimentos atualmente utilizados no cadastro e fiscalização de produtos agroquímicos naquele Estado. A ABIFINA foi representada no encontro por Elaine Mats, da Milenia, Lídia Zavolski e José Roberto de Pádua, da Cheminova.

Sugestões para a Saúde são debatidas

O vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães e o diretor da Farmanguinhos, Eduardo Costa, reuniram-se no dia 27 de agosto para detalhar a pauta de sugestões para área de Saúde que foi entregue no encontro empresarial “Saúde em Debate” ao ministro Temporão. Foi dada prioridade ao tema Compras Governamentais. Entre os temas da pauta sugerida estão Mercado Interno, Sistema Regulatório, Sistema Tributário, Financiamento, Inovação Tecnológica e Propriedade Industrial e Fórum de Entidades do complexo.

ABIFINA no Comitê Gestor de Biotecnologia

Os vice-presidentes da ABIFINA, Marcos Oliveira e Kurt Politzer, foram indicados, pelo ministro de Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, para compor o Comitê Gestor do Fundo Setorial de Biotecnologia, como representantes do setor produtivo. O Comitê tem como objetivo administrar a aplicação dos recursos repassados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para financiar atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor de Biotecnologia.

O Comitê Gestor reuniu-se no início do mês de outubro para apresentar e debater o modelo de acompanhamento e controle do Fundo. Desenvolvido em parceria com o CGEE, o objetivo do Fundo é tornar mais ágil e eficaz a gestão dos recursos. A reunião já contou com a presença de Kurt Politzer e Marcos Oliveira. Na ocasião, ficou decidido que o saldo dos recursos existentes no Fundo será destinado a reforçar uma chamada pública voltada para o desenvolvimento de tecnologias relacionadas ao ciclo de produção de etanol a partir de celulose. Esta chamada pública será lançada em breve pelo MCT.

Patentes, saúde e política industrial

O Conselho Administrativo da ABIFINA reuniu-se em 14 de agosto para o debate de uma ampla pauta, com ênfase nas posições da ABIFINA em critérios de patenteabilidade a serem defendidos junto ao INPI, bem como sugestões pertinentes ao sistema tributário e uso do poder de compra do Estado, que foram posteriormente encaminhados ao BNDES.

Em 11 de setembro o Conselho voltou a se encontrar para discutir junto com as empresas associadas matérias pertinentes ao PAC Saúde que estava em processo de elaboração pelo governo federal. Essa reunião contou com a participação do vice-presidente de Produção e Inovação da Fiocruz, Carlos Gadelha.

Já no mês de outubro, o Conselho abordou em seu encontro a avaliação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal, com destaque à presença de novos atores nesse cenário bem como à pretendida ampliação de escopo do acordo comercial Brasil/México.

Manual de registros de produtos agroquímicos é questionado

Luiz Guedes, presidente da ABIFINA, participou de reunião no Sindag para assinatura de documento a ser enviado à Casa Civil sobre a não-operacionalidade das normas previstas no Manual que deveria estabelecer os procedimentos a serem seguidos pelo MAPA, Anvisa e Ibama nas análises de pleitos de registros de produtos agroquímicos.

Comitê Farmoquímico discute o setor

O Comitê Farmoquímico da ABIFINA reuniu-se em agosto para examinar propostas relacionadas ao sistema regulatório sanitário (Anvisa) e tributário.

Em setembro e outubro o Comitê também dedicou-se à tratar a área regulatória do setor, além do tema compras governamentais.

ABIFINA e Alanac juntas contra PLS 29/06

A ABIFINA está produzindo um texto analítico do PLS 29/06. Isso acontece porque o PLS em questão, apresentado pelo ex-senador Ney Suassuna, em 2006, e depois retirado atendendo solicitações feitas pela Alanac, foi ressuscitado em 2007. Por ter a mesma posição que a Alanac, a ABIFINA, através de seu presidente Luiz Guedes, entregará em mãos o resultado de sua análise aos senadores da República.

Negociações Comerciais e Transição Norte-americana em debate



A ABIFINA participou da Mesa-Redonda "O Brasil e as Negociações Comerciais: Algum Pragmatismo?". A entidade foi representada pela analista de Comércio Exterior, Noemy Padilha. O evento foi realizado no dia 10 de agosto, no Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e analisou a política comercial dos EUA e União Européia com relação à parceria estratégica com o Brasil.

Acordos bilaterais e multilateralismo, cláusulas trabalhistas e ambientais, a nova composição do Congresso e as eleições americanas, bioenergia, TPA, Farm Bill e China fizeram parte da pauta. Uma síntese dos temas abordados está disponível para os associados no site da ABIFINA.

Noemy também representou a ABIFINA em encontro, no mesmo local, que analisou o processo de transição política que certamente ocorrerá nos Estados Unidos no próximo ano com a eleição presidencial marcada para novembro/08.

Indústria farmoquímica e laboratórios oficiais mais próximos



Mais um passo foi dado pela ABIFINA em busca da concretização da parceria da indústria farmoquímica brasileira com os laboratórios oficiais. Agora a associação é membro do recém-criado Conselho Consultivo de Farmanguinhos, órgão de apoio consultivo do Instituto. Farmanguinhos está alinhada com a nova política de saúde abraçada pelo ministro Temporão, a qual deve atender antigas sugestões da ABIFINA.

ABIFINA comenta a notícia

Ministro quer manter orçamento da Saúde corrigido pelo PIB

Valor On Line,
19/9/07



Foco na gestão

A mídia abriu espaço para noticiar o PAC da Saúde, programa pelo qual o ministro José Temporão pretende, nos próximos quatro anos, recuperar o equilíbrio do sistema público de saúde. O programa desdobra uma proposta de política industrial para o setor farmacêutico capaz de reduzir o déficit anual de US\$ 5 bilhões da balança comercial setorial. Temporão advoga um novo marco regulatório para a indústria farmacêutica, com revisão substancial de preços e das tarifas de importação; substituição de importações de alguns produtos, entre eles medicamentos genéricos e vacinas; e utilização do poder de compra do Estado para incentivar a recuperação e o fortalecimento da indústria nacional. “Enquanto o Brasil reconheceu precocemente a indústria patentária, a Índia só fez esse reconhecimento recentemente e, ao longo de 15 anos, implantou uma indústria básica de genéricos que hoje vende para nós”, lembrou o ministro. A ABIFINA está inteiramente identificada com as diretrizes do PAC da Saúde e prestará todo apoio ao ministro Temporão na interação entre o ministério e a indústria de fármacos e medicamentos.

Mais grupos se formam para tentar salvar Doha

Valor Econômico,
12/9/07



A proliferação dos “G”

A imprensa informa que o Brasil passou a integrar dois novos grupos criados com a árdua missão de salvar a Rodada de Doha, entre eles o G-8, que reúne também EUA, União Européia, Índia, Argentina, Austrália, Canadá e Japão. Os Estados Unidos e a União Européia participam de todos os grupos para os quais são convidados, mas apenas para dizer que não reduzem seus subsídios agrícolas. O impasse permanece – até quando? Ninguém sabe, nem imagina.

O Brasil passa por reprimarização

Jornal do Commercio,
10/9/07



Retrocesso anunciado

O economista e professor da UFRJ Reinaldo Gonçalves diz, com justa razão, que o Brasil passa por um processo de “reprimarização” da pauta exportadora, caminhando para uma especialização retrógrada nessa área, ao desvincular a industrialização efetiva de seu projeto político. Ele afirma que, embora o governo Lula tenha estabelecido as bases de uma política industrial e definido alguns instrumentos de políticas públicas nesse viés, infelizmente tais medidas não saíram do papel. Gonçalves não considera as possibilidades de, neste segundo mandato, o presidente Lula fazer acontecer o que ficou no discurso. Mas nós, da ABIFINA, ainda acreditamos que há tempo para recuperar o atraso, desde que a vontade política seja agora muito maior que a do primeiro mandato – como está demonstrando o ministro Temporão na área da saúde.

O Brasil pedirá comitê de arbitragem contra subsídios americanos

DCI,
12/9/07



Protecionistas somos nós?

Estudos feitos pela Global Subsidies Initiative estimam que existam mais de 200 incentivos diferentes para a produção de biocombustíveis nos EUA e que o governo distribui todos os anos US\$ 7 bilhões aos produtores. Para os especialistas dessa organização, só o financiamento subsidiado ao etanol permite hoje que os EUA possam pensar em competir com o Brasil no mercado mundial de biocombustíveis.

Por estas e outras, é fundamental que o governo brasileiro continue firme na estratégia de pressionar a OMC a incluir a produção de álcool a partir do milho como fonte de distorção no comércio mundial. Vai ser uma parada difícil, pois a produção do milho elege grande parte dos parlamentares norte-americanos. Mas precisamos levar a luta até o fim.

Casa Branca omite dados referentes a subsídios agrícolas

DCI,
23/8/07



Arrogância sem limites

O governo norte-americano se recusa a prestar informações à OMC sobre como financia a produção de etanol. Questionado pelo Brasil sobre subsídios concedidos a 74 programas de apoio a produtores nessa área, os EUA simplesmente não responderam. A Casa Branca sustenta que o cálculo brasileiro dos subsídios é incorreto, mas se nega a fornecer detalhes para refutar a acusação.

É sabido que a não-competitiva produção de etanol a partir do milho nos Estados Unidos somente subsiste à custa de pesados subsídios agrícolas. O etanol produzido a partir de cana-de-açúcar é cerca de dez vezes mais barato. Por isso é que os norte-americanos não desejam “fazer as contas” num ambiente isento. Certamente o Brasil deve continuar exigindo que a produção de biocombustíveis entre em pauta na OMC. Afinal, o *free trade* tão decantado por eles não significa deixar a regulação da oferta por conta do mercado?

Brasil terá lei para cassar patente de país que descumprir as regras da OMC

O Globo Digital,
29/8/07



Herança cartorial

O Acordo TRIPs contém instrumentos para propiciar, de forma simples e inequívoca, retaliação comercial contra o descumprimento de compromissos internacionais assumidos pelos países na área da propriedade industrial. Para isso, nenhum país precisa editar lei específica. A idéia do governo brasileiro de criar mais um instrumento legal no intuito de defender-se contra violações das regras do comércio multilateral é fruto de uma cultura cartorial que herdamos de nossos colonizadores ibéricos e que, muitas vezes, só complica a aplicação de procedimentos mundialmente reconhecidos como legítimos.

Por outro lado, os EUA têm-se valido de leis próprias para prejudicar comercialmente outros países. Quando se julgam afetados nos seus direitos de propriedade intelectual, retaliam seus parceiros com sanções comerciais. Nesta linha de raciocínio, podemos entender que o Brasil agora pretende apenas usar o mesmo instrumento contra seu criador – o que seria extremamente saudável, ainda que inusitado.

Precisamos é de vontade política para fazer valer aquilo que, soberanamente, diz respeito aos mais elevados interesses nacionais.

Decisão do TRF veda a extensão de patentes

Valor Econômico,
10/9/07



Um basta aos abusos

Ao unificar jurisprudência das turmas especializadas em propriedade intelectual, o TRF da 2ª Região deu um basta à série de abusos que vinham sendo praticados sob a tutela de interesses externos em pleitos visando à prorrogação ilegítima de patentes já vencidas. Toda uma política governamental de incentivo aos genéricos estava em risco de falência por ações dessa natureza. A conduta do INPI foi competente e exemplar. Segundo o procurador-geral do órgão, Mauro Maia, a unificação da jurisprudência do TRF é uma vitória, porque o INPI vem, sistematicamente, tentando evitar que a extensão seja concedida e isto acarreta um prolongamento dos processos judiciais. Maia afirma que, na sessão que unificou a jurisprudência, alguns desembargadores chegaram a manifestar o entendimento de que o STJ tomou a decisão errada ao ter permitido anteriormente a extensão de patentes.

Bush culpa Brasil e Índia por fracasso no acordo sobre comércio

UOL Notícias,
21/6/07



Não precisamos de inimigos

A “notícia” de que a Casa Branca estaria “desapontada” com o fracasso da reunião realizada em Potsdam, Alemanha, para tratar da Rodada de Doha, e que os culpados pelo fracasso seriam o Brasil e a Índia, “por ficarem no caminho de um acordo que poderia ajudar nações menos desenvolvidas”, demonstra a completa subserviência de um canal de comunicação frente aos poderosos do Primeiro Mundo. Basta comparar o destaque dado à versão do presidente norte-americano com a posição secundária reservada à versão do ministro Celso Amorim. Nosso chanceler e o da Índia decidiram retirar-se das negociações porque “era inútil prosseguir levando em conta o que havia sobre a mesa”; ou seja, nada, nenhum avanço no tema que levou Doha ao fracasso: a recusa do Primeiro Mundo em abrir mão dos seus bilionários subsídios agrícolas.

O art. 40 da LPI como propulsor de uma patente perene

Pedro Marcos Nunes Barbosa
Advogado, Escritório Borges & Beildeck Advogados



Contrastando com as habituais demandas judiciais – do setor agroquímico e farmacêutico – sobre as patentes *pipeline*, “extensão TRIPS”, SPC, ou *continuation*, há algumas lides¹ pertinentes à interpretação incidente sobre o art. 40, seu § único, da Lei nº 9.279/96, no tocante a patentes depositadas sob a égide do antigo CPI.

Nesses processos, é discutido o prazo de vigência sobre os privilégios de invenção, sendo certo que, em caso de procedência dos pedidos, pode-se assegurar um direito de exclusiva de até trinta e sete anos².

As demandas citadas têm como paradigma a tutela de substâncias químicas que não eram privilegiáveis na época de seu depósito, por força do art. 9º, “b” e “c” da Lei nº 5.772/71³. Ato contínuo ao depósito, o INPI indeferiu aqueles pedidos de patente, mas por força de decisões judiciais transitadas em julgado⁴, foi determinado – à Autarquia – o prosseguimento da análise de patenteabilidade, superada a proibição do referido artigo legal.

Durante a tramitação das ações judiciais que visavam declarar a não-incidência da proibição legal – que duraram mais de uma década, o INPI não deu continui-

dade ao exame dos recursos administrativos, interpostos da decisão de indeferimento dos pedidos.

O INPI, dentro da exegese constitucional do princípio da eficiência⁵, suspendeu o trâmite administrativo, por haver sub *judice* a mesma questão, não havendo necessidade de movimentação inútil da máquina administrativa.

Assim, após muitos anos de interrupção da fase administrativa, o INPI analisou o mérito dos pedidos de patente, e as concedeu com vinte anos de vigência a partir do depósito, aplicando a atual Lei de Propriedade Industrial (LPI).

Insatfeitas com o privilégio de invenção, as titulares das patentes ajuizaram outra série de demandas pleiteando a aplicação do parágrafo único do art. 40, para que o direito de exclusiva tivesse vigência de 10 anos a partir da concessão.

Entre os falaciosos argumentos utilizados, os “privilegiados” aduzem que não há nenhuma recompensa aos investimentos feitos quando se concede uma patente “nati-morta”⁶, e que não houve qualquer decisão judicial que determinou o sobrestamento da seara administrativa, razão pela qual não se pode aplicar a parte final do mesmo dispositivo invocado⁷.

Apesar de não estar em discussão a independência da seara judicial para com a seara administrativa⁸, é insofismável que

houve pendência judicial, justificando a aplicação do art. 40, *caput*.

Por sinal, parece-nos que o equívoco da Autarquia na aplicação do prazo de vigência dos privilégios, se iniciou com a aplicação da legislação errada. Privilégios de invenção depositados em 1979 e 1981, inexoravelmente tiveram sua vigência encerrada em 1994 e 1996, respectivamente, de acordo com o art. 24 da Lei nº 5.772/71.

Desta forma, estes direitos de exclusiva “nasceram” e “morreram” antes da égide da atual Lei nº 9.279/96, que, passada a *vacatio legis*, só vigorou em 1997.

Como não se desconhece, uma das fontes normativas são os Princípios Gerais do Direito⁹, entre os quais podemos destacar o *tempus regit actum* que determina que os atos são regidos pela lei de seu tempo.

Não obstante, temos, ainda, o direito adquirido¹⁰ de toda a sociedade que nasceu junto com o depósito dos pedidos de – ao termo final dos privilégios – ter acesso ao domínio público em data certa.

Neste sentido, leciona Denis Borges Barbosa¹¹: “Realiza-se no patrimônio de todos interessados o direito antes adquirido ao momento da concessão da patente, o de passar a explorar o objeto da patente sem oposição do titular”.

Se, portanto, o domínio público é inderrogável¹², ele também é inadiável, e

... a concessão da patente deve obedecer ao interesse social que, definitivamente, resta aviltado com um privilégio concedido com quase o dobro do tempo garantido pelo legislador.

não se encontra à disposição do poder público ou do titular do privilégio de invenção, que busca no Judiciário um meio legítimo à satisfação de suas pretensões.

Mesmo que não houvesse a supressão do domínio público, a violação ao direito adquirido, e a aplicação inadequada de lei posterior ao ato regido; não há

o atendimento ao requisito constitucional¹³ patatório quanto ao caráter temporário de vigência dos direitos de exclusividade.

No mesmo dispositivo da Carta Magna, se faz necessário observar que a concessão da patente deve obedecer ao interesse social que, definitivamente, resta aviltado com um privilégio conce-

dido com quase o dobro do tempo garantido pelo legislador.

Outrossim, o Poder Judiciário deve aplicar a legislação de 1971 a esses casos, ou, no máximo, o *caput* do art. 40 da lei de 1996, dentro de uma hermenêutica constitucional sistemática, sob pena de fornecer um enriquecimento sem causa ao favorecido titular.

¹ Como exemplo, destacamos os seguintes processos: 200551015070586, em trâmite perante a 1ª Turma Especializada do TRF-2, pertinente ao princípio ativo Clomazone, patente PI 8103484-9; 200451015172032 em trâmite perante a 38ª Vara Federal do Rio de Janeiro, cujo objeto é a patente do processo de produção do Clomazone, patente PI 8700554-9; e 200651015247831, em trâmite perante a 35ª Vara Federal do Rio de Janeiro, cujo escopo é a Bifentrina, patentes PI 7900361-3 e 7908936-4.

² No caso que tangencia as patentes da Bifentrina, é pleiteada a vigência até 2016 de patentes depositadas no longínquo ano de 1979.

³ Art. 9º “Não são privilegiáveis”: “b) as substâncias, matérias ou produtos obtidos por meios ou processos químicos, ressalvando-se, porém, a privilegiabilidade dos respectivos processos de obtenção ou modificação”; “c) as substâncias, matérias, misturas ou produtos alimentícios, químicos-farmacêuticos e medicamentos, de qualquer espécie, bem como os respectivos processos de obtenção ou modificação”.

⁴ Vide processo 900029104-6, oriundo da 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

⁵ Art. 37 da CFRB: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...”.

⁶ Seriam patentes concedidas após sua expiração.

⁷ “Art. 40, § único: O prazo de vigência não será inferior a 10 (dez) anos para a patente de invenção e a 7 (sete) anos para a patente de modelo de utilidade, a contar da data de concessão, ressalvada a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.”

⁸ O art. 2º da Constituição Federal assegura a independência entre os poderes: Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

⁹ Vide artigo 4º do Decreto-Lei nº 4.657/42.

¹⁰ O parágrafo único do art. 6º do Decreto-Lei nº 4.657/42, elucida bem a questão: “§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou”. A doutrina também salienta a questão: “Tal é pois o problema, que sentimos, que o legislador não pode infringi-lo. Além disso, a segurança coletiva, que, como se sabe, é um dos objetivos, um dos pressupostos da ordem jurídica, estaria inteiramente comprometida se a legislação nova fosse capaz de alterar radicalmente os resultados da lei antiga e daí então foi deduzida essa máxima: ‘a lei nova não alcançará os fatos pretéritos’” – DANTAS, San Tiago. Programa de direito civil. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2ª Tiragem, 1979, p.110.

¹¹ BARBOSA, Denis Borges. Uma introdução à propriedade intelectual. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2ª edição, p. 566, 2006.

¹² “O ingresso no domínio público em cada sistema jurídico é incondicional, universal e definitivo (...) Retirar um bem do domínio comum é expropriação ou desapossamento, sujeita ao estatuto constitucional pertinente, ou simples apropriação indébita.” BARBOSA, Denis Borges. As bases constitucionais do sistema de proteção das criações industriais. in Criações Industriais, segredos de negócio e concorrência desleal. Rio de Janeiro: GV LAW, 2007. p 51.

¹³ Art. 5º, XXIX, da CFRB: “a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.”

20 a 22/11 de 2007

Fármacos e Medicamentos



Temário:

Otimização de síntese de princípios ativos
Intermediários e precursores de síntese
Síntese de genéricos
Processos biotecnológicos
Me-too e me-better
Novas formulações de medicamentos
Novas apresentações de medicamentos
Apresentações nanométricas
Ensaio pré-clínicos e clínicos
Princípios ativos e medicamentos fitoterápicos
Princípios ativos e medicamentos toxinoterápicos
Síntese de vacinas
Hemoderivados
Biofármacos
Medicamentos Veterinários

**NOVOTEL
SÃO PAULO
CENTER NORTE**

Instituições representadas na Comissão de Organização e Programa:

UFRJ - UFC - UFPb - UFSC - UFC - Fiocruz - USP - UFG - UFF - Laboratórios Geyer - Hebrin - Biolab -
Eurofarma - Nortec - Laboratório Simões - Cristália - Blanver Farmoquímica - PROTEC

Realização



Co-realização



alanac associação dos laboratórios
farmacêuticos nacionais
nacional, brasileira



Inscrições:

www.protec.org.br/enifarmed

Contato: (21) 3077-0800, Christina Leal

Email: christina@protec.org.br

Co-realização: RETS - Rede de Entidades Tecnológicas Setoriais

natureza

responsabilidade

futuro

Combinar bem para viver melhor

É assim que a Medley faz, todos os dias, para trazer muito mais do que medicamentos aos seus consumidores. Nós combinamos, além dos melhores ingredientes, tudo o que a vida tem de melhor, para trazer sempre: qualidade de vida, bem-estar e um futuro mais feliz.